

The logo for FERCONSULT, featuring the company name in a bold, white, sans-serif font. Above the letters 'U' and 'L' are three white, curved lines that sweep upwards and to the right, resembling a stylized 'F' or a signal icon.

FERCONSULT

consultoria, estudos e projectos de engenharia de transportes

A large, abstract graphic consisting of two thick, curved bands. The upper band is a gradient of purple and blue, while the lower band is a gradient of green and light blue. Both bands curve from the bottom left towards the top right, creating a sense of movement and depth.

Relatório e Contas

2014



2014

**Relatório e Contas
de
2014**

ÍNDICE

1 – MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
2 – ORGANIGRAMA DA EMPRESA	5
3 – RELATÓRIO DE GESTÃO	6
3.1 - Enquadramento Macro Económico	6
3.2 – Relatório de Atividade	9
3.2.1 – Atividade Comercial	10
3.2.2 – Produção	17
3.3 – Recursos Humanos	21
3.3.1 – Caracterização do Efetivo	21
3.3.2 - Prestação do Trabalho	24
3.3.3 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos	24
3.4 – Sistema Integrado de Gestão (Qualidade e Ambiente)	26
4 – GOVERNO DA SOCIEDADE	30
4.1 – Missão, objetivos estratégicos e políticas da empresa	30
4.1.1 – Missão	30
4.1.2 – Objetivos estratégicos	30
4.1.3 – Políticas	32
4.2 – Indicação do modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais	33
4.2.1 – Conselho de Administração	33
4.2.2 – Funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	33

25
J

4.2.3 – Novo Conselho de Administração	34
4.2.4 – Mesa da Assembleia Geral	34
4.2.5 – Fiscal Único	34
4.3 – Remuneração dos membros dos órgãos sociais	36
4.3.1 – Vogal - Eng.º João Mário Simões Viana	36
4.3.2 – Fiscal Único efetivo: Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	36
4.3.3 – Remunerações e outras regalias do Conselho de Administração	36
4.4 – Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental	39
4.4.1 – Estratégias adotadas	39
4.4.2 – Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade	39
4.4.3 – Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa	40
4.4.4 – Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial	41
4.4.5 – Viabilidade do cumprimento dos Princípios de bom governo	42
4.4.6 – Código de ética	42
5 – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	43
5.1 – Prazo médio de pagamento	43
5.2 – Deveres especiais de informação	43
5.3 – Recomendações do acionista	43
5.4 – Remunerações	43
5.5 – Prémios de gestão	44
5.6 – Remuneração fixa	44
5.7 – Quadro resumo	45
6 – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	46

7 – PERSPETIVAS PARA 2015

57

28

8 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

60

9

9 – ANEXOS

61

28
D

1 – MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2014 foi o ano da consolidação do crescimento internacional da Ferconsult.

A nível nacional, o ano fica marcado pela conclusão, em maio, do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) e pelos primeiros sinais de crescimento da economia portuguesa. Contudo e apesar de haver indicadores que permitam encarar o futuro com otimismo, o crescimento ainda não se fez sentir no mercado em que operamos.

Apesar da adversidade da conjuntura nacional e internacional, contando com a competência e dedicação dos colaboradores da Empresa, prosseguimos a aposta na internacionalização, o que permitiu um crescimento do volume de negócios superior a 21% justificado, quer pela abertura a novas geografias, com especial relevo para o Brasil, quer pela diversificação dos clientes no nosso mercado alvo, a Argélia.

Apesar do sucesso comercial e do reconhecimento e prestígio que a Empresa granjeia nos mercados onde opera a internacionalização não garante, por si só, a sustentabilidade da empresa. Paradoxalmente, o incremento da atividade foi acompanhado pelo agravamento da situação financeira. De facto o prazo médio de recebimento e o aumento de custos ditado pela expansão da atividade, a par de algumas ineficiências que é necessário corrigir, bem como a dificuldade de acesso ao crédito, potenciaram um problema de tesouraria que urge resolver.

Neste contexto, a privatização da empresa, prevista no Programa do Governo porque participada de uma entidade pública empresarial, o Metropolitano de Lisboa, é não só um objetivo político como a solução para suprir os problemas atuais e encarar o futuro com confiança.

Garantir a sustentabilidade financeira e preparar a empresa para a privatização são, pois, os grandes desafios que nos esperam em 2015.

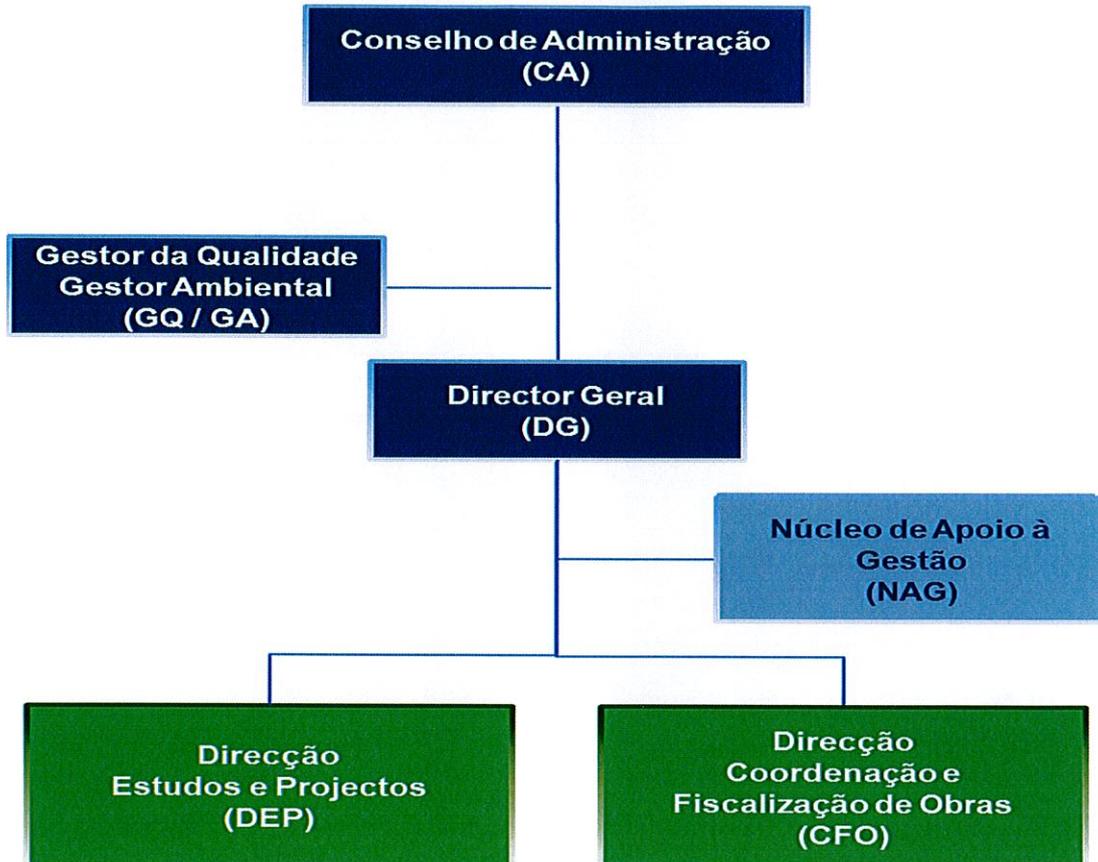
O Presidente do Conselho de Administração



Rui Lopes Loureiro

24
T

2 – ORGANIGRAMA DA EMPRESA



3 – RELATÓRIO DE GESTÃO



3.1 - Enquadramento Macro Económico

Para a elaboração do enquadramento macroeconómico foram tidos em consideração os dados constantes no sítio eletrónico do Instituto Nacional de Estatística (INE), designadamente a estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais, bem como os indicadores de conjuntura do Banco de Portugal, de janeiro de 2015. Com base neste conjunto de informações podemos dizer que Portugal teve, em 2014 uma pequena melhoria na atividade económica, que se traduziu num crescimento do volume do Produto Interno Bruto (PIB) em 0,9 %, de acordo com os dados constantes da Estimativa Rápida do INE.

Aliás, de acordo com as Previsões Económicas, Inverno 2014, da Comissão Europeia, podemos constatar que, também na Zona Euro, o crescimento que se verificou, de apenas 0,8%, é demonstrativo das dificuldades que se estão a verificar. Por sua vez, no conjunto da União Europeia o crescimento é mais seguro, como demonstra o 1,3% registado.

Importa registar que, nas Previsões Económicas supramencionadas, prevê-se uma melhoria das economias da Zona Euro e da União Europeia, visto que se estimam crescimentos, para 2015, de 1,3% e 1,7% respetivamente, e para 2016, crescimentos de 1,9 e de 2,1%, respetivamente, para a Zona Euro e para a União Europeia.

Na mesma linha de previsões, importa sublinhar que as Perspectivas da Economia Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgadas em 19 de janeiro, também apontam para uma aceleração da atividade económica mundial em 2015 e 2016. Segundo essas estimativas o crescimento económico mundial deverá aumentar 3,5 e 3,7% em 2015 e 2016, respetivamente, embora, seja importante referir que estas previsões representam uma redução de 0,3%, relativamente às estimativas de crescimento que tinham sido elaboradas em outubro de 2014, o que demonstra a grande instabilidade e incerteza que se verifica na economia mundial atualmente, em grande parte como consequência da grande redução de preços no barril do petróleo que se verificou em 2014 e que provocou e continuará a provocar repercussões diferentes nas economias de todo o mundo.

2
f
D

De acordo com o Boletim Mensal de Estatística, do INE, de fevereiro de 2015, no conjunto do ano 2014, a economia portuguesa teve um crescimento das exportações de bens e serviços, que aumentaram 1,9%, enquanto as importações aumentaram 3,2%, o que determinou uma taxa de cobertura de 82,0%, o que compara com uma taxa de cobertura de 83,1% em 2013.

Para esta redução da taxa de cobertura, é importante referir a desaceleração das exportações que tinham crescido 5,7% em 2012, e que em 2013 tiveram um crescimento de 4,5%, e, este ano apenas obtiveram um crescimento de 1,9%.

Em conclusão, o Produto Interno Bruto (PIB) português cresceu 0,9% em termos reais, o que compara com a redução de 1,4% registada em 2013.

Importa sublinhar que as dificuldades da atividade económica sentida em Portugal foi, também, uma consequência das medidas governamentais visando a consolidação orçamental e a redução do défice das contas públicas, que se traduziram na aplicação de cortes na despesa pública, com a redução de salários e com um significativo agravamento dos impostos.

Apesar disso, de acordo com os resultados das Estatísticas do Emprego, do 4.º trimestre de 2014, do INE, constatamos que se verificou uma redução da taxa de desemprego que se cifrou no final do ano em 13,9%, o que representa uma redução de 2,3 pontos percentuais relativamente ao ano anterior. O número de desempregados, no final do ano, foi estimado em 726,0 mil pessoas.

Por último, deve referir-se que os objetivos de consolidação orçamental para 2014 foram cumpridos, tendo o saldo das administrações públicas em contabilidade pública, em 2014, sido de -7.074,0 milhões de euros, de acordo com a Síntese da Execução Orçamental de dezembro de 2014, da Direção-Geral do Orçamento (DGO), com a informação de janeiro de 2015.

Importa sublinhar que este resultado significa, ainda segundo a Síntese da Execução Orçamental de janeiro de 2015, da DGO, que se verificou uma poupança de 1.761,5 de euros face a igual período do ano anterior.

Por outro lado, este resultado parece indicar que o défice público, ainda não fixado oficialmente, deve cumprir o objetivo de não ultrapassar os 3,8% do PIB nacional.

24

Face à situação do mercado nacional das obras públicas, que nos primeiros nove meses do ano caiu 6,1% relativamente ano transato, e muito particularmente na área da atividade da Ferconsult, relativa a transportes urbanos em sítio próprio, não se perspectiva que a breve prazo a empresa possa retomar as suas vendas mais substanciais no nosso país, mantendo-se o foco na exportação de serviços. Esta é aliás a tendência da generalidade das empresas nacionais de consultoria de engenharia de transportes.

5



3.2 – Relatório de Atividade

O exercício de 2014 caracterizou-se pela consolidação do aumento do volume de negócio, que iniciou a sua retoma no ano anterior mas que é fruto de um esforço iniciado desde fim do exercício de 2010. Na verdade registou-se um crescimento de cerca de 20%, relativamente ao ano anterior e se compararmos com o exercício de 2012, esse crescimento foi na ordem dos 70%.

Do ponto de vista de resultados, registou-se este ano uma inversão significativa de uma tendência de melhoria verificada desde 2010. No entanto esta inversão deveu-se essencialmente a dois fatores extraordinários, o registo de uma menos valia contabilística fruto do processo de alienação da fração da Ferconsult no imóvel sito na avenida Barbosa du Bocage e, também da constituição de uma provisão para perdas decorrente de um processo de recuperação de dívida de um anterior parceiro de consórcio, factos estes que melhor se detalharão adiante. Sem o efeito destes dois fatores, o EBITDA situar-se-ia ligeiramente acima da linha de água.

Neste contexto, a que acresce uma situação de acentuada recessão económica que o país atravessa bem como condições adversas no contexto mundial, estes resultados refletem, ainda assim, a continuação de um enorme esforço de gestão no sentido da sustentabilidade da empresa.

Manteve-se a aposta no desenvolvimento comercial, em mercados como a Argélia, Brasil, e outros, tendo sido apresentadas, a nível internacional 34 propostas no valor aproximado de 34,3 M€. Destas propostas podemos salientar a ligação do metro de Argel ao Aeroporto a Cosider-Travaux Publics – Argel, no valor de 5,5 M€ submetida em consórcio com a Cenor e que caberá à Ferconsult cerca de 50%, estando já adjudicada em 2015.

Para além do esforço comercial, manteve-se o esforço de racionalização dos custos, a todos os níveis, dando-se destaque à utilização de meios humanos disponíveis na CFO, para trabalhos da DEP, sempre que possível e à custa de algumas ineficiências, já os perfis técnicos necessários são substancialmente diferentes numa e noutra área.

Fica ainda por melhor adequar a estrutura produtiva da empresa, em particular na CFO, dado que nem sempre foi possível a mencionada reocupação, mantendo-se ainda alguma inatividade, motivada pela ausência de projetos nesta área, bem como falta de perspectivas a curto e médio prazo na angariação de novos trabalhos.

24
0

Do ponto de vista financeiro destacam-se essencialmente as dificuldades de tesouraria. Para além dos problemas já conhecidos, decorrentes das dificuldades de obtenção de garantias bancárias que continuaram a ocorrer neste exercício e, também, dos atrasos nas formalizações das extensões dos contratos no âmbito do ENSITRANS, que motivaram por sua vez atrasos nos recebimentos, os problemas de tesouraria agravaram-se muito pelo aumento de atividade da empresa, que motiva por sua vez um aumento das necessidades de fundo de maneo. Este aumento da necessidade de fundo de maneo agrava-se muitíssimo pelo facto dos contratos serem bastante desfavoráveis do ponto de vista de tesouraria, pois existem longos períodos de produção com um desfazamento significativo da respetiva faturação, e muitas vezes com dificuldade também de cobrança, havendo que suportar quer os custos internos, quer também a atividade de alguns prestadores de serviços.

É certamente um dos maiores desafios para 2015, resolver os problemas de tesouraria e necessidades de fundo de maneo, bem como a consolidação dos esforços dos últimos anos, no sentido produzir impactos significativos e positivos na sustentabilidade da Empresa.

3.2.1 – Atividade Comercial

No ano de 2014, registou-se a tendência dos anos anteriores de uma conjuntura económica nacional difícil e internacional com melhores perspetivas. A Ferconsult manteve a estratégia de apostar e reforçar, de forma significativa, a internacionalização, o estreitamento de relações com os atuais clientes, abrindo caminho a novas oportunidades de trabalhos.

Na estratégia de internacionalização, para além do Brasil e da Argélia, os mercados alvo foram: Cabo Verde, Moçambique, Turquia, Tunísia, Marrocos, Angola, Peru e Paquistão. O sucesso deste trabalho revela-se, não só na possibilidade de desenvolvimento de novos projetos, como também na experiência adquirida que nos permite tomar conhecimento das especificidades logísticas associadas à entrada em novos mercados, ficando em carteira essa mais-valia para futuras oportunidades.

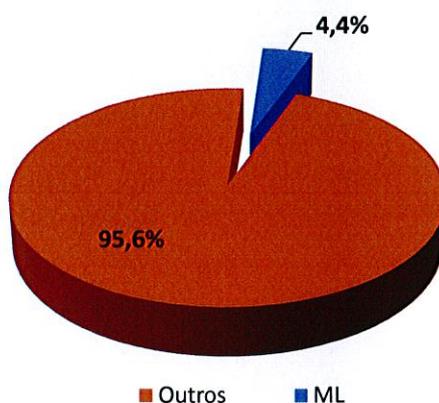
Ainda que se tenha mantido a tendência de inexistência de oportunidades no mercado nacional, no ano de 2014, foram adjudicadas pelo ML três contratos que resultaram de duas propostas apresentadas em 2013 e uma de 2014, no valor total de 667.067 €.

Handwritten marks: a blue checkmark and a signature.

Estes contratos originaram, no ano de 2014, um Volume de Negócios de aproximadamente 346.000 €, o que mantém baixo o volume de trabalho com o acionista, facto que se tem verificado nos últimos anos.

De facto, desde 2010, o ML deixou de ser o principal cliente da Ferconsult, sendo que nesse ano representava 44% do Volume de Negócios, 24% em 2011, virtualmente zero em 2012, 6,5% em 2013, e cerca de 4,4% em 2014.

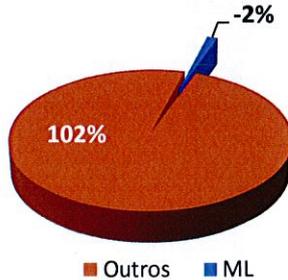
Volume de Negócios 2014



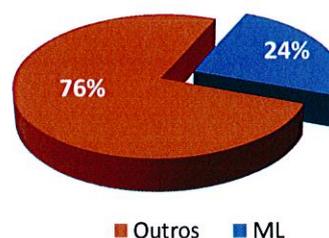
Volume de Negócios 2013



Volume de Negócios 2012



Volume de Negócios 2011



Na continuação do esforço comercial, concentrado praticamente na sua totalidade no mercado externo e focado no sector dos transportes, foram desenvolvidas diversas ações, com vista à obtenção de trabalho que permita à Ferconsult, garantir a sua sustentabilidade.

Como se pode ver no gráfico seguinte, nos últimos cinco exercícios tem vindo a ocorrer uma mudança significativa na distribuição do volume de negócios pelos mercados nacional e internacional. Analisando esta alteração desde o ano de 2010, constata-se



que nesse ano o mercado internacional representava apenas 24%, registrando desde então um crescimento em valor absoluto, que representou no exercício de 2014 um peso de cerca de 96%.



A nível nacional foram apresentadas 8 propostas em 2014 no valor aproximado de 0,6 M€, dos quais 0,37 M€ correspondem a trabalhos da Direção de Estudos e Projetos (DEP) e 0,23 M€ a trabalhos da Direção de Coordenação e Fiscalização de obras (CFO). As propostas mais significativas, do ponto de vista de valor, foram as propostas apresentadas ao ML e MSF Engenharia. Foram apresentadas outras propostas de menor dimensão também na área de projeto, bem como nas áreas de fiscalização.

A nível nacional, a Empresa obteve adjudicações de 5 propostas, no valor aproximado de 694 K€. Destas propostas, 3 delas foram apresentadas no exercício de 2014, no valor aproximado de 168 K€, sendo que as restantes 2 propostas tinham sido apresentadas em 2013, num valor aproximado de 526 K€.

A nível internacional foram apresentadas 34 propostas no valor aproximado de 34,3 M€, em vários mercados internacionais, mantendo o foco no mercado Argelino e no mercado Brasileiro. Outros mercados - alvo foram Cabo Verde, Moçambique, Turquia, Tunísia, Marrocos, Angola, Peru e Paquistão, com apresentação de propostas, manifestações de interesse e pré-qualificações. As propostas mais significativas foram para o Monorail do Peru – para a empresa Construtora Queiroz Galvão, no valor de 10 M€, Tramway de Batna, para a empresa Teixeira Duarte, no valor de 5,5 M€, para o Metro de Argel –

24
J

para a Cosider-Travaux Publics – Argel, no valor de 4 M€ e para o Metro do Rio de Janeiro - Governo do Estado do Rio de Janeiro, no valor de 3,5 M€.

No mercado internacional, a Empresa obteve adjudicações de 6 propostas, no valor aproximado de 0,54 M€.

O baixo valor de adjudicações ocorridas em 2014 decorre do facto de, na grande maioria dos casos, os resultados ocorrerem muito tempo após apresentação das propostas. No final de 2014, aguardavam decisão 23 propostas, que correspondem a um potencial volume de negócio na ordem dos 34 M€, onde se destacam as propostas apresentadas para o Tramway de Batna, Metro de Argel e para o Governo do Rio de Janeiro. Aguarda-se também o resultado de pré-qualificação de Cabo Verde, Turquia e Brasil.

O quadro infra demonstra o histórico do volume de negócios por cliente nos últimos 5 anos:

VOLUME DE NEGÓCIOS POR CLIENTE

Descrição	Meuros									
	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
ML	5,32	43,8%	2,08	24,3%	-0,07	-1,5%	0,43	6,5%	0,35	4,4%
Prestações de serviços ao ML	5,32	43,8%	2,08	24,3%	-0,07	-1,5%	0,43	6,5%	0,35	4,4%
Via Enstrans	2,87	23,6%	3,31	38,7%	3,60	77,1%	3,57	54,0%	2,19	27,6%
Directamente	-	-	-	-	-	-	1,26	19,0%	2,62	33,0%
Prestações de serviços ao EMA	2,87	23,6%	3,31	38,7%	3,60	77,1%	4,83	73,1%	4,81	60,6%
Metro de São Paulo	-	-	-	-	-	-	0,81	12,3%	2,54	32,0%
Queiroz Galvão	-	-	-	-	-	-	-	-	0,24	3,0%
Consulgal / Metro do Porto	2,36	19,4%	1,20	14,1%	0,11	2,3%	-	-	-	-
Outros	1,60	13,2%	1,95	22,9%	1,03	22,1%	0,54	8,1%	0,004	0,0%
Prestações de serviços a outros Clientes	3,97	32,6%	3,16	37,0%	1,14	24,4%	1,35	20,4%	2,78	35,0%
TOTAIS	12,15	100%	8,54	100%	4,67	100%	6,61	100%	7,93	100%

Relativamente ao volume de negócios por cliente, a relação com o Metropolitano de Lisboa representou cerca de 4,4% do total, valor bastante baixo que representa a tendência dos últimos anos.

A Enterprise du Métro d'Alger mantém-se como principal cliente representando cerca de 61% do volume de negócios. Verifica-se também a tendência dos últimos três exercícios de ligeira diminuição do seu peso relativo, ainda que em valor absoluto o

2 J

volume de negócios tenha crescido desde 2010 (em bom rigor desde 2006), se bem que em 2013 e 2014 poderemos considerar que o volume de negócios se manteve praticamente constante. Esta evolução é positiva, quer pelo aumento do volume de negócios com este cliente, mas também pela ligeira melhoria no que diz respeito à dependência desta entidade. Nota-se também que houve uma evolução positiva quanto ao volume de negócios efetuado diretamente com este cliente, relativamente ao trabalho realizado através do ENSITRANS, traduzindo cada vez mais uma diminuição da importância deste agrupamento, nos negócios da Ferconsult.

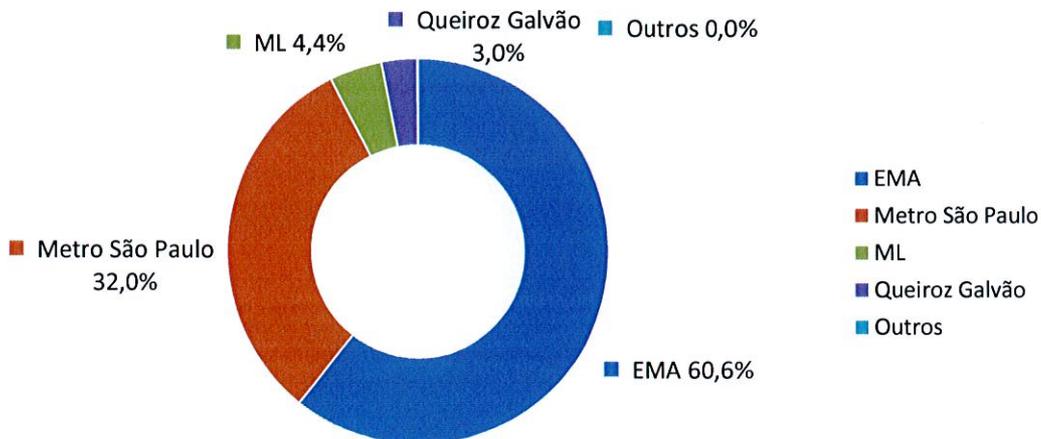
O Metro de São Paulo consolidou a sua posição de segundo cliente da Ferconsult, representando 32% do volume de negócios, valor este que representava 12,3% no exercício de 2013.

A situação de grande dependência de um só cliente, neste caso a EMA, mantém-se, ainda que se verifique já uma melhoria, pelo aumento do volume de negócios com o Metro de S. Paulo, que já se tinha iniciado em 2013. Ainda assim a dependência, neste caso de dois clientes, que representaram em 2014 cerca de 93% do volume de negócios, é ainda um risco significativo, que importa mitigar com a procura de outros clientes.

A Construtora Queiroz Galvão representou cerca de 3% do volume de negócios devendo-se este valor ao projeto do Monorail de Arequipa no Peru.

Os restantes clientes apresentam percentagens individuais residuais.

Em 2014 o volume de negócios por cliente teve a seguinte distribuição:





No quadro seguinte apresenta-se o histórico do volume de negócios por Direção nos últimos 4 anos:

VOLUME DE NEGÓCIOS POR DIREÇÃO

Direção	Meuros							
	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
Coord. Fiscalização de obras	6,64	77,8%	3,73	79,7%	4,07	61,6%	2,33	29,4%
Estudos e Projetos	0,79	9,3%	0,94	20,1%	2,54	38,4%	5,62	70,8%
Instrumentação e Topografia	0,57	6,7%	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Segurança e Ambiente	0,52	6,1%	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Outros	0,02	0,2%	0,01	0,1%	-	0,0%	- 0,02	-0,3%
TOTAL	8,54	100%	4,67	100%	6,61	100%	7,93	100%

(1) Direções extintas em 2012

O volume de negócios registou um acréscimo bastante acentuado, na ordem dos 20%, em 2014, comparativamente ao ano anterior.

No exercício de 2014 verificou-se, pela primeira vez desde pelo menos 2006, a inversão do peso relativo da Direção de Estudos e Projetos em relação à Direção de Coordenação e Fiscalização de Obras, passando a primeira a ser a direção de maior relevância, do ponto de vista de volume de negócios, cujo peso é agora cerca de 71% do total da prestação de serviços da Empresa. Esta situação reflete maiores dificuldades de angariação de novos trabalhos na CFO, que vê o seu volume de negócios com uma tendência de diminuição significativa.

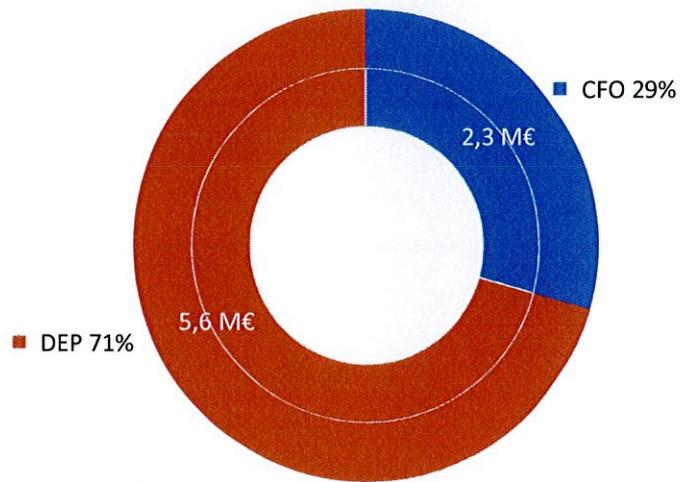
A Direção de Estudos e Projetos registou por sua vez um aumento de cerca de 121% face ao ano de 2013.

Em valores absolutos, a Direção de Coordenação e Fiscalização de Obras registou um volume de negócios de cerca de 2,33 milhões de euros e a Direção de Estudos e Projetos atingiu um volume de negócios de aproximadamente 5,62 milhões de euros.

A Direção de Estudos e Projetos registou neste exercício um aumento do volume de negócios muito significativo, atingindo valores máximos, pelo menos desde 2009. Esta Direção é efetivamente onde se concentra o *know-how* diferenciador da nossa empresa,

< \$
J

relativamente à concorrência e que constitui uma vantagem competitiva a preservar. É também um instrumento de apoio e precursor da atividade da CFO, pelo que deverá ser vista como atividade estratégica a conservar e desenvolver.





3.2.2 – Produção

3.2.2.1 – Coordenação e Fiscalização (CFO)

A nível nacional, mantiveram-se as condições económicas no país, não favorecendo o clima de procura de novas oportunidades de trabalho a nível interno. A nível internacional, as prestações de serviços centraram-se na continuação dos Projetos em curso, para o cliente Entreprise Metro d'Alger (EMA).

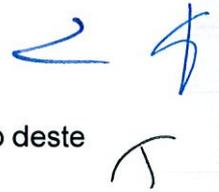
A nível interno, obtiveram-se ocupações de técnicos da CFO através de pequenas prestações de serviços, concretamente os projetos 20133 - Instrumentação Edifício Focus – Monitorização das Galerias do ML e 20130 – Reparação e Restauro das Patologias dos Túneis da Linha Azul através de cedência de mão-obra para o ML.

Na Argélia, para o cliente Entreprise Metro d'Alger, deu-se continuidade em Oran e Argel, às atividades de coordenação, fiscalização, planeamento e controlo de custos no âmbito da execução da 1ª Linha do Metro Ligeiro de Oran e da Linha do Metro de Argel – 1ª Fase, respetivamente. Durante o ano foram entregues adicionais, no âmbito dos dois projetos referidos, refletindo a necessidade de prorrogar os prazos das prestações de serviços e de efetuar serviços suplementares.

Na vertente comercial, o foco continuou a ser a aposta no mercado argelino. As duas propostas apresentadas para os concursos internacionais de extensões da rede do Metro d'Alger, em final de 2013, tiveram decisões negativas por parte do cliente EMA, em 2014. No entanto, a exposição ao projeto e conhecimento destes *dossiers* possibilitaram à Ferconsult ganhar trabalhos na vertente de projeto para outros clientes internacionais (Cosider e Dongmyeong) no âmbito destes empreendimentos.

Os esforços desenvolvidos visando a angariação de trabalhos de Gestão e Coordenação de Obras nos mercados internacionais como seja o mercado brasileiro ainda não produziram os resultados desejados. As ações passam por procurar estabelecer contactos e parcerias locais nestes países.

A nível interno, a empresa manteve as duas direções de produção, CFO e DEP, tendo-se procedido a ajustes operacionais no sentido de otimizar os recursos humanos disponíveis. Dentro do que foi possível, alocaram-se recursos disponíveis da CFO aos



projetos da direção DEP em carteira, para responder às necessidades de trabalho deste departamento.

3.2.2.2 – Estudos e Projetos (DEP)

No ano de 2014 manteve-se a tendência verificada nos anos anteriores de uma conjuntura económica nacional difícil, e com boas perspetivas no que diz respeito às oportunidades internacionais. A empresa continuou a estratégia de internacionalização, apostando em novos mercados e reforçando as relações existentes com os atuais clientes.

Em 2014 foram apresentadas 34 propostas, 32 das quais de âmbito internacional. No conjunto das propostas internacionais apresentadas para o Brasil, Argel, Marrocos, Angola, Perú, Tunísia, Turquia e Paquistão, incluem-se oito “Pré-Qualificações” e “Manifestação de Interesse”, sendo que duas destas resultaram em convite à apresentação de proposta, (Cabo Verde - Millenium Challenge Account - para a FASA – Fundo de Água e Saneamento e Argel - COSIDER Travaux Publics, SA).

O potencial de volume de negócios do conjunto de propostas apresentadas representa 34.7M€, sendo que apenas 366 mil euros dizem respeito a propostas nacionais.

Em 2014 as oportunidades de negócios mais significativas mantiveram-se focadas nos mercados argelino e brasileiro, correspondendo a um potencial de negócio na ordem dos 23M€. Outra grande aposta foi apresentação de propostas para o *Monorail* do Peru, cujo potencial de negócio é cerca de 12M€. A escolha de parcerias estratégicas com empresa locais tem sido fundamental no sucesso do trabalho desenvolvido.

Manteve-se o elevado número de concursos lançados pelo nosso atual cliente, CMSP - Companhia do Metropolitano de São Paulo, bem como outras entidades na área dos transportes, motivo que reforçou a aposta para continuar neste mercado. Foram apresentadas 8 propostas que representam 13 M€ de potencial negócio. Em 2014, devido à avaliação de propostas ser um processo complexo e demorado, não ocorreram adjudicações, ficando em carteira a perspetiva para 2015 de cerca 13M€ de possíveis adjudicações.

24
T

Do lote total de propostas apresentadas, tivemos 0,54€ de adjudicações, 3 pré-qualificações que não tiveram sucesso e o potencial de negócio restante é cerca de 34M€.

Na estratégia de internacionalização, os mercados alvo foram também, Angola, Cabo Verde, Tunísia, Turquia e Paquistão, que nos permitiram tomar conhecimento das dificuldades logísticas associadas à entrada em novos mercados, ficando em carteira essa mais-valia para futuras apresentações de propostas. Das 8 pré-qualificações apresentadas, duas resultaram em convite à apresentação de proposta - cliente Cosider; três aguardamos resultado - Cabo Verde e Turquia e três não tiveram sucesso.

Manteve-se a parceria já estabelecida com a Egis-Rail, com a participação de técnicos especialistas – arquitetos –, tendo-se efetivado o trabalho para o Metro de Curitiba-Brasil.

Foi iniciada parceria com a empresa Amberg Engineering AG, com participação na proposta para o Metro do Rio de Janeiro - Elaboração e Coordenação do Projeto Básico Completo, Estudos Ambientais e Assessoria na obtenção de licenças ambientais para a Expansão do Metrô do Rio de Janeiro, trecho Gávea-Carioca. Foram analisadas algumas oportunidades de negócio, nomeadamente para o Metro de Lima, que ainda não se concretizaram e estão em curso análise de outras oportunidades em carteira para 2015.

A nível nacional, a falta de oferta no mercado nacional traduz-se na apresentação de 2 propostas, num total de 366 mil€, para o cliente MSF e Camara Municipal de Amarante, cujo resultado transita para 2015 em situação de “aguarda decisão”.

Serviços Prestados:

- a) Serviços prestados ao Metropolitano de Lisboa:
 - i. Elaboração de Anteprojeto e Projeto de Execução de especialidades para a remodelação e extensão do cais da Estação Arroios;
 - ii. Estação Areeiro - Remodelação do Átrio Norte.
- b) Serviços prestados a outros clientes no Mercado Nacional:
 - i. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira: Projeto de Execução do Centro de Saúde de Alhandra - Assistência Técnica;
- c) Serviços prestados a clientes no Mercado Externo:
 - i. Cenorgeo (Argel)

2 5
T

1. Projeto de Alteração de Arquitetura e Instalações Elétricas do acesso sul da estação *Ali Boumendjel – Place des Martyres*;
- ii. EMA – Enterprise du Métro d’Alger
 1. Metro de Argel – Assistência Técnica ao Dono de Obra na análise dos projetos desenvolvidos pelo empreiteiro.
 2. Metro de Argel - Estudo de Viabilidade de um *Tramway* em *Tlemcen* – Argélia.
 3. Metro de Argel – *Extension Place des Martyrs - Bâb El Oued - Chevalley*.
 4. Metro de Argel – *Extensions du Métro d’Alger: Chevalley – Delly Brahim - Chéraga - Ouled Fayet - El Achour – Draria*.
- iii. EGIS Rail
 1. Metro de Curitiba. Análise funcional das estações da Linha Azul
- iv. CMSP – Companhia do Metropolitano de São Paulo - Brasil
 1. Elaboração de Projetos Executivos de Engenharia Civil, acabamentos, Comunicação Visual e Paisagismo - Linha 15 Prata
 2. Gerenciamento do Projeto Executivo da Linha 5 – Lilás e do Projeto Executivo e Homologação das Vias Permanentes da Linha 5 – Lilás e da fase 2 da Linha 4 – Amarela
- v. Construtora Queiroz Galvão
 1. Projeto de Viabilidade - Monorail de Arequipa - Peru – Arquitetura e Especialidade.

Handwritten blue ink marks: a checkmark, a dollar sign, and a stylized signature.

3.3 – Recursos Humanos

Durante o ano de 2014 verificou-se um acréscimo de volume de trabalho na DEP, fruto dos vários projetos na Argélia e Brasil, o que motivou uma melhoria das taxas de ocupação desta Direção.

Procedeu-se também e sempre que possível, à utilização dos recursos da CFO nos projetos da DEP, de forma a racionalizar os meios humanos disponíveis, atenuando a baixa ocupação de uma direção e mitigando a necessidade de recursos da outra.

Fica ainda por melhor adequar a estrutura produtiva da empresa, uma vez que se verifica ainda alguma desocupação na CFO, prevendo-se em 2015 ainda uma necessidade significativa de recursos adicionais no DEP. No entanto, todos os meios humanos do CFO passíveis de serem utilizados no DEP estão já a sê-lo, restando apenas colaboradores cujas aptidões técnicas não são passíveis de utilização em projeto.

3.3.1 – Caracterização do Efetivo

- Efetivo Total

No final do último trimestre de 2014 a Ferconsult S.A. apresenta um efetivo médio de 102 colaboradores, dos quais 59 do sexo masculino e 43 do sexo feminino (58% e 42% respetivamente).

A 31 de Dezembro de 2014, a Ferconsult contava com um efetivo de 102 trabalhadores. Durante o ano, saíram da empresa três trabalhadores, por revogação do contrato de trabalho por mútuo acordo.

Nesta caracterização excluem-se seis colaboradores atualmente cedidos ao ML bem como um conjunto de colaboradores Argelinos, contratados localmente para os projetos de Argel, cujo número varia consoante as mobilizações e a média rondou as 16 pessoas.

Handwritten marks: a blue checkmark and a signature.

O quadro infra demonstra o histórico do número de trabalhadores nos últimos 6 anos:

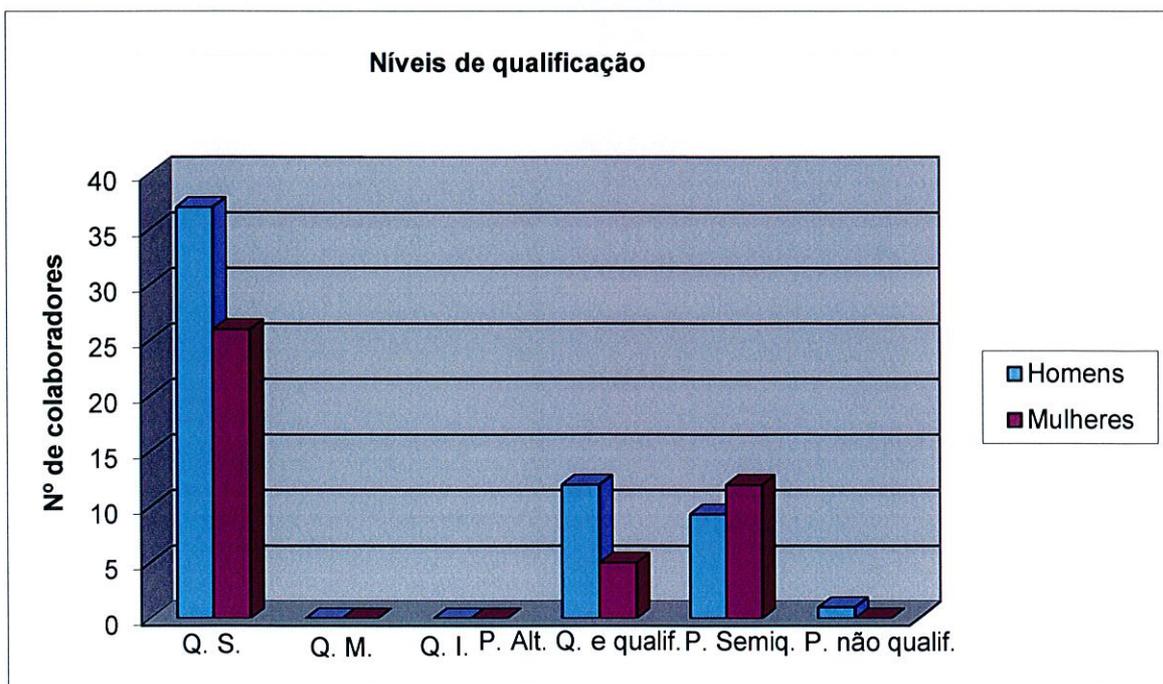
Ano / Vínculo Contratual	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Contratos sem termo	93	82	75	77	76	74
Contratos a termo	148	95	46	34	27	26
Contratos de cedência ML	12	8	4	2	2	2
Total Mulheres	88	73	57	47	45	43
Total Homens	165	112	68	66	60	59
Total	253	185	125	113	105	102

Nota: Valores médios para o último trimestre de cada exercício.

• **Níveis de Qualificação**

Verifica-se que a maior percentagem do nível de qualificação é representado pelos Quadros Superiores, num total de 63 colaboradores.

	Quadros Superiores	Quadros Médios	Quadros Intermediários	Profissionais altamente qualificados e qualificados	Profissionais Semiquualificados	Profissionais não qualificados	TOTAL	%
Homens	37	0	0	12	9	1	59	58
Mulheres	26	0	0	5	12	0	43	42
Total	63	0	0	17	21	1	102	100

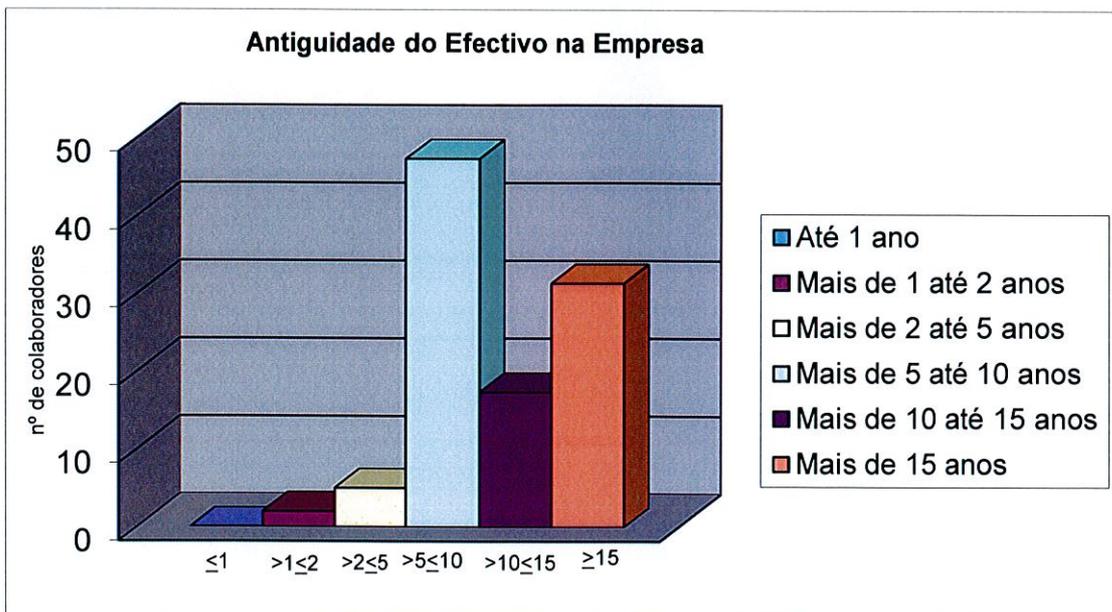


Handwritten blue marks: a checkmark and a signature.

- **Antiguidade do efetivo na Empresa**

Verifica-se que a maior percentagem da antiguidade na empresa está centrada no período de mais de 5 e até 10 anos, com um total de 47 colaboradores, seguido dos colaboradores com mais de 15 anos de antiguidade (32 colaboradores).

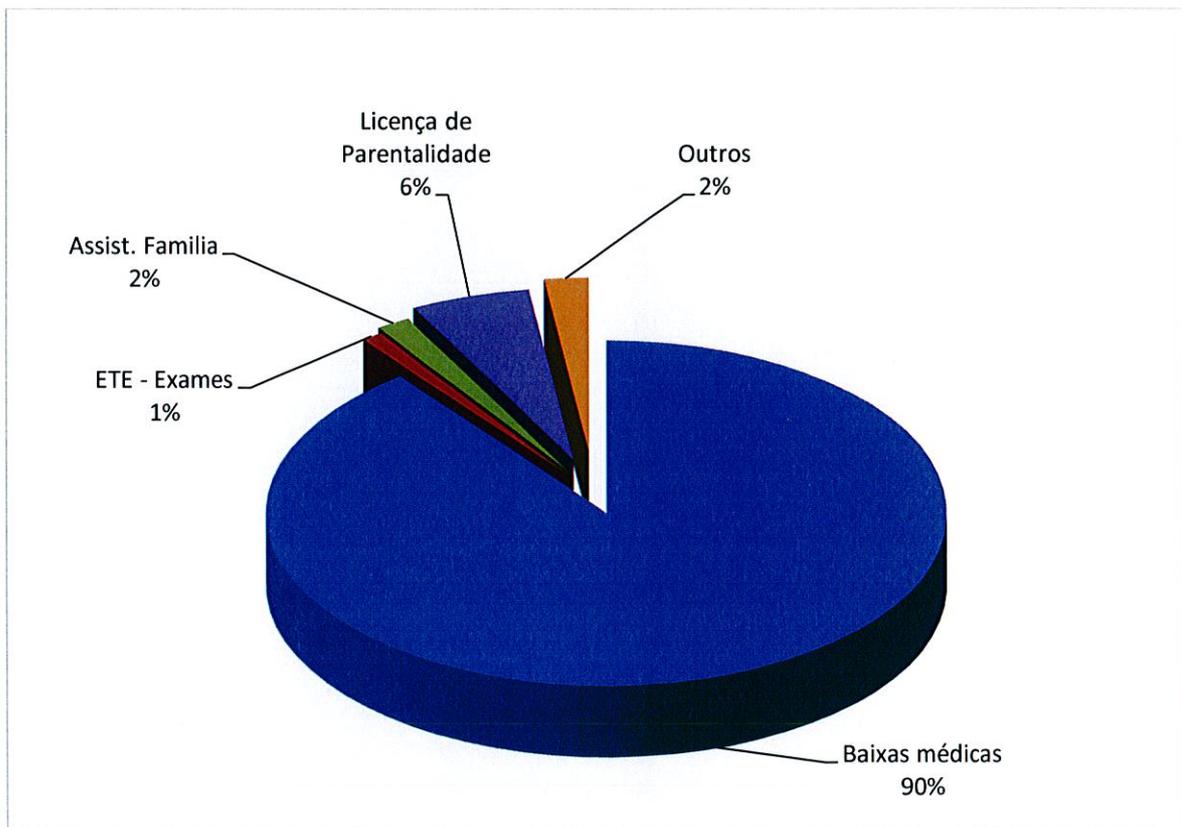
ANTIGUIDADE		
	N.º Colaboradores	%
Até 1 ano	0	0
Mais de 1 até 2 anos	2	2
Mais de 2 até 5 anos	5	5
Mais de 5 até 10 anos	47	46
Mais de 10 até 15 anos	17	17
Mais de 15 anos	31	30
Total	102	100



3.3.2 - Prestação do Trabalho

- Absentismo

Durante o ano de 2014 a média da taxa de absentismo foi de 3%. As baixas médicas, baixas por acidente de trabalho e a licença de parentalidade foram os três motivos que mais contribuíram para o absentismo durante este ano.



3.3.3 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos

- Formação

A gestão estratégica de recursos humanos envolve a conceção e a implementação de um conjunto de políticas e práticas dentro da empresa, que garantem que o capital humano seja um contributo importante para alcançar os objetivos de negócio da empresa.

Handwritten initials and a mark in blue ink.

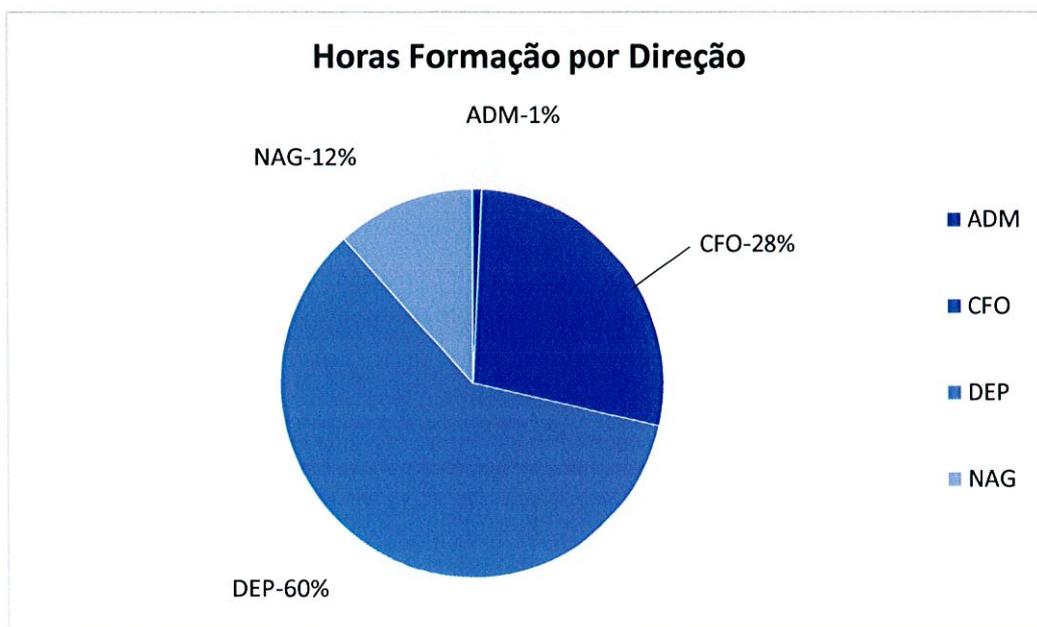
Uma componente importante da política de recursos humanos da empresa assenta na formação profissional dos seus colaboradores. Neste âmbito, a empresa efetua um investimento em formação perante a necessidade de contar com colaboradores que estejam preparados para enfrentar qualquer tipo de desafios que possam surgir no contexto da sua atividade profissional, sendo que é indiscutível a importância da formação profissional para as empresas como forma de valorização do seu Capital Humano.

A Ferconsult tem feito um esforço ao longo dos anos para dar formação ao máximo número de colaboradores da empresa, passando também pela formação na língua francesa, dada a importância do mercado argelino, na atividade da empresa.

O quadro seguinte representa a distribuição das horas de formação durante o ano de 2014 por Direção.

ACÇÕES DE FORMAÇÃO POR DIREÇÃO (Horas)

	N.º Horas	N.º Formandos
ADM	24	1
NAG	381	7
CFO	907	20
DEP	1950	32
Total	3262	60



3.4 – Sistema Integrado de Gestão (Qualidade e Ambiente)

A Ferconsult renovou em 2014, a sua Certificação de acordo com as normas NP EN ISO 9001:2008 e NP EN ISO 14001:2012. Em Março e Abril de 2014, aquando da realização da auditoria externa ao Sistema Integrado de Gestão (Qualidade e Ambiente) da Ferconsult, a Equipa Auditora destacou os seguintes pontos fortes:

- Robustez do sistema;
- Competência técnica das pessoas contactadas;
- Envolvimento da Administração;
- Avaliação da satisfação/desempenho dos auditores internos;
- Riqueza e abundância da informação analisada na revisão pela gestão e no relatório de desempenho ambiental.

O envolvimento e empenho de todos os Colaboradores, principalmente nos meses que precederam a Auditoria e em que foi efetivamente realizado um esforço para simplificar e melhorar o nosso sistema, bem como implementar algumas ações corretivas ainda pendentes, foi produtivo e reconhecido. Nesta auditoria, não foram identificadas quaisquer Não Conformidades, tendo sido registada apenas uma Área Sensível e sugeridas quatro Oportunidades de Melhoria.

O desafio que se aproxima será o de adaptar o nosso Sistema à nova versão da norma ISO 9001 que será emitida em 2015.

A ISO 9001 deverá manter-se como uma norma centrada no Cliente da Organização e na capacidade desta fornecer consistentemente bens e serviços que vão ao encontro dos seus requisitos, melhorando a sua satisfação. A missão da Ferconsult passa mesmo pela superação das expectativas do Cliente, pelo que teremos que continuar a apostar na melhoria da organização. É interessante notar que na revisão da norma, o termo “melhoria contínua” deixará de ser utilizado uma vez que o termo “melhoria” contém já a definição que vai ao encontro dos princípios da norma. Efetivamente, uma melhoria pode ser contínua ou disruptiva (alterações mais profundas nas organizações ou melhoria por “saltos”).

De futuro, e porque as exigências internacionais ao nível de potenciais Clientes e as melhores práticas no sector assim o ditam, a Ferconsult deverá apostar na certificação

em Segurança e Saúde do Trabalho e em Responsabilidade Social. Este é o caminho natural para as empresas que possuem um sistema integrado de gestão certificado e amadurecido.

Em 2014 apostou-se no reforço formativo ao nível dos Sistemas de Gestão. Foram realizadas três ações de formação através de uma Entidade Certificada para o efeito, destinadas a diversos Colaboradores com funções específicas, nomeadamente Gestores de Processo, Gestor da Qualidade e Ambiente, Delegados da Qualidade e Ambiente, Auditores internos, Gestor da Infraestrutura, Responsáveis de SST e Responsável pelo Controlo de Equipamentos de Monitorização e Medição.

Assim, foi possível realizar, com uma taxa de participação superior ao previsto, as seguintes ações de formação:

- Sistemas Integrados de Gestão
 - Objetivo – Aquisição de conhecimentos no âmbito das normas NP EN ISO 9001:2008, NP EN ISO 14001:2012 e OHSAS 18001:2008
- Auditorias internas a Sistemas Integrados de Gestão
 - Objetivo – Aquisição/refrescamento de conhecimentos no âmbito das normas NP EN ISO 19011:2012, NP EN ISO 9001:2008, NP EN ISO 14001:2012 e OHSAS 18001:2008
- Curso de Conformidade Legal - Ambiente
 - Objetivo – Enquadramento legal específico / aplicabilidade e análise de conformidade legal

Comunicação Externa

No sítio na Internet da Empresa foi complementada a informação de obrigação legal, e realizadas as atualizações necessárias no que se refere a informação que deverá encontrar-se disponível ao público.

Encontra-se disponível no sítio na Internet:

< J
J

- Informação de âmbito Sistema Integrado de Gestão, a Política de Qualidade e Ambiente da Ferconsult, o Manual Integrado de Gestão (MIG) e certificados da APCER;
- Informação de carácter legal, apresentação da empresa, missão, visão e valores, órgãos sociais, elementos curriculares e os últimos cinco Relatórios e Contas aprovados.

No que se refere às versões do sítio na Internet em outras línguas, a informação traduzida e disponível à data, encontra-se online. Sempre que possível, recorrendo a recursos internos, a empresa realiza as traduções necessárias, de modo a garantir uma maior visibilidade exteriormente. Ainda sobre a necessidade de atualização e manutenção do sítio na Internet, e porque se acentua a necessidade da visibilidade externa, encontra-se prevista a remodelação/reformulação do sítio na Internet, a partir de 2015.

No que se refere ao retorno da comunicação e aferição da satisfação do cliente, em 2014, foram rececionadas apenas duas Reclamações de Clientes tendo sido ambas respondidas dentro do prazo definido em procedimento.

Durante o ano de 2014 foi possível realizar a auscultação aos Clientes, através de questionário específico para aferição do seu grau de satisfação. Para além disso, iniciou-se o processo de identificação das partes interessadas por principais grupos: Clientes, Acionista, Parceiros Estratégicos, Colaboradores, Fornecedores, Comunidade Envolvente.

Relativamente aos questionários de satisfação para prestadores de serviço (atividade de engenharia) e parceiros, a organização considerou não ser oportuno a sua implementação. Foi considerado prioritário proceder à melhoria dos atuais questionários, no âmbito da avaliação da satisfação do cliente e, paralelamente iniciar a avaliação da satisfação dos colaboradores, numa perspetiva de certificação no âmbito da OHSAS 18001:2007.

Comunicação Interna

Mantêm-se disponíveis, no portal interno da empresa, a Política Integrada de Qualidade e Ambiente, o MIG (Manual Integrado de Gestão) e a Matriz de Identificação e Avaliação de Aspetos Ambientais, bem como todos os procedimentos, formulários e demais documentos associados ao Sistema Integrado de Gestão, disponíveis para consulta e utilização de todos os Colaboradores. Encontra-se também disponível, no portal interno, informação de carácter geral e legal.

A Política da Qualidade e Ambiente encontra-se afixada em todos os pisos do edifício, assim como, informação de carácter geral e de obrigação legal, nomeadamente no que se refere à Segurança e Saúde no Trabalho, que é regularmente atualizada de acordo com o previsto.

Para além desta forma de comunicação, procedeu-se à divulgação de todos os documentos e informação de âmbito do SIG, a todos os Colaboradores da Ferconsult e a todos os utilizadores do edifício, nomeadamente às duas empresas que ocupam o r/c, bem como a todos os prestadores de serviços que utilizam as instalações e que colaboram connosco.

Foram também divulgados, internamente, recortes de imprensa, relativos a notícias associadas à Ferconsult, relativas a adjudicações e participação em trabalhos internacionais no ano em curso. Os recortes estão disponíveis no portal interno.

Internamente foi ainda divulgada uma newsletter com o resumo do atividade da empresa do ano 2014, com foco na atividade comercial e os trabalhos em curso, disponível também no portal interno.

4 – GOVERNO DA SOCIEDADE

Nos termos do regime jurídico do sector público empresarial, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, a Ferconsult tem vindo a ajustar os níveis de informação de forma a dar cumprimento aos requisitos a que está obrigada, nomeadamente, com a inclusão de um capítulo próprio relativo ao governo da sociedade no seu relatório e contas.

4.1 – Missão, objetivos estratégicos e políticas da empresa

4.1.1 – Missão

Disponibilizar soluções eficazes que excedam as expectativas dos nossos clientes. Ser uma organização cada vez mais robusta apostando em novos mercados e solidificando a sua posição nacional. Apostar na inovação e na qualidade enquanto promotores de desenvolvimento económico, de forma contínua e sustentada.

4.1.2 – Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos para a Ferconsult são:

- a) Garantir a sua sustentabilidade – a empresa tinha, desde 2010 resultados negativos, fruto de opções tomadas no passado, e de a empresa não se ter preparado em tempo para o novo paradigma da sua posição no mercado e, também, devido à atual conjuntura económica que conduziu a uma drástica redução de investimento no sector da atividade da Ferconsult; o volume de faturação diminuiu desde 2009 até 2012, apesar dos resultados operacionais terem vindo a melhorar desde 2010, graças às ações levadas a cabo para reorganização da empresa e redução dos seus custos, em 2013 a empresa teve já resultados positivos. Em 2014 os resultados voltaram a ser negativos. Contudo, não tivessem ocorrido fatores extraordinários que adiante se explicarão, o EBITDA teria sido positivo. Além da procura de projetos mais rentáveis é urgente completar a reestruturação na empresa, já identificada mas

Handwritten blue ink marks in the top right corner, including a checkmark-like symbol and a large letter 'D'.

que ainda não houve condições para implementar na sua totalidade. Importa contudo notar que a empresa tem hoje uma carteira de trabalho muito interessante para o próximo ano e meio, e propostas submetidas com alguma probabilidade de sucesso (uma delas, para a Cosider, na ligação do metro de Argel ao Aeroporto, já adjudicada em 2015), o que permite encarar o futuro com algum otimismo.

- b) Internacionalização – nos capítulos anteriores já se referiu o percurso da empresa na sua aposta nos mercados internacionais; trata-se de uma opção natural face à atual não existência de mercado nacional e face às necessidades da competência e experiência da Ferconsult nalguns países onde existem fortes investimentos em infraestruturas de transportes. A empresa tem hoje já um sucesso relativo em países como a Argélia e o Brasil, procurando aumentar a sua influência naqueles países e estudar outras oportunidades que se mostrem interessantes do ponto de vista empresarial nas áreas geográficas e países definidos como estratégicas.
- c) Exportação de engenharia – a empresa pode constituir-se como veículo de exportação de engenharia nacional, uma vez que o seu *portfolio*, único em Portugal, permite a elegibilidade em concursos internacionais no sector dos sistemas de transporte em sítio próprio, onde outras empresas de engenharia nacional não têm as referências nem experiência necessárias para aceder.
- d) Empresa posicionada no mercado concorrencial internacional - uma vez que se crê que a Ferconsult tem condições para garantir a sua sustentabilidade, deverão ser criadas as condições para que a empresa possa operar, em condições de equidade, no mercado concorrencial internacional onde no futuro e quase exclusivamente irá desenvolver a sua atividade; tal implica a libertação de algumas das medidas impostas ao Setor Empresarial do Estado que hoje podem limitar a atividade da empresa e o estabelecimento de uma relação comercial normal com a banca.

4.1.3 – Políticas

A Ferconsult visa prosseguir as políticas da qualidade e ambiente, pelo que pretende desenvolver todas as suas atividades numa ótica de melhoria contínua, pautando-se pelos valores de rigor, qualidade, competência e inovação, rumo à excelência dos seus serviços e organização, assegurando a satisfação dos seus clientes, bem como a preservação e proteção do meio ambiente.

Assim, promovendo o compromisso de todos os seus colaboradores e fornecedores, bem como o envolvimento de toda a comunidade em que se insere, a Ferconsult assume para a obtenção destes objetivos, a responsabilidade de:

- Valorização dos colaboradores, promovendo o seu compromisso com os custos, prazos e qualidade dos serviços prestados e fornecendo a todos uma formação adequada;
- Cumprimento dos contratos ambicionando exceder as expectativas dos clientes e satisfazendo as suas exigências e critérios de carácter ambiental;
- Atualização dos conhecimentos face à evolução tecnológica e à competitividade dos mercados atuais;
- Cumprimento da legislação aplicável, os requisitos contratuais e outros, subscritos pela empresa;
- Racionalização dos consumos de energia e matérias-primas ao nível de combustíveis fósseis, eletricidade, água e papel, produção de resíduos, melhorando a sua gestão de forma a prevenir as diversas formas de poluição associadas;
- Contribuição ativa para a diminuição das emissões de gases de efeito de estufa, através da promoção da mobilidade sustentável;
- Manutenção de canais de comunicação simples e abertos para divulgação da sua política e principais resultados;
- Avaliação periódica da eficácia do Sistema Integrado de Gestão, com vista à melhoria contínua, rumo à sustentabilidade.



4.2 – Indicação do modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais



4.2.1 – Conselho de Administração

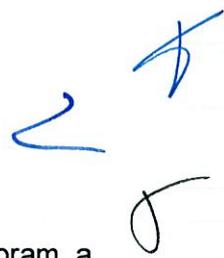
O Conselho de Administração é composto por três membros, sendo o Presidente e um vogal, simultaneamente, membros do conselho de administração do acionista único, a Metropolitano de Lisboa, E.P.E., o administrador residente é o outro vogal do conselho de administração.

Mandato 2010-2012

Cargo		Eleição
Presidente	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	28.09.2012
Vogal	Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	28.09.2012
Vogal	Eng.º João Mário Simões Viana	06.09.2010

4.2.2 – Funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração

- Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas, Presidente
 - Representação institucional da Ferconsult
 - Presidente da Mesa da Assembleia Geral do ENSITRANS, A.E.I.E., desde 11.04.2013
- Eng.º João Mário Simões Viana, Vogal
 - Administrador residente
 - Secretário da Mesa da Assembleia Geral do ENSITRANS, A.E.I.E., desde 11.04.2013
- Dr. Luís Carlos Antunes Barroso, Vogal



4.2.3 – Novo Conselho de Administração

Após 31 de Dezembro de 2014, verificaram-se dois factos relevantes que foram a Renúncia ao Mandato que o Vogal do CA. Dr. Luis Carlos Antunes Barroso apresentou em 8 de janeiro de 2015 e a eleição, na Assembleia Geral da Ferconsult realizada em 26 de Fevereiro de 2015, do novo Conselho de Administração para o mandato 2015 / 2017, com efeitos imediatos e com a seguinte composição:

Mandato 2015-2017

Cargo		Eleição
Presidente	Engº. Rui Lopes Loureiro	26.02.2015
Vogal	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	26.02.2015
Vogal	Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	26.02.2015

4.2.4 – Mesa da Assembleia Geral

Mandato 2010-2012

Cargo

Eleição

Presidente: Dra. Filipa Alexandra Queirós Cardoso Aires Bandeira de Melo, eleita em 28.09.2012

Secretário: Dr. Nuno Mariano Agostinho Soares, eleito em 28.09.2012

4.2.5 – Fiscal Único

Mandato 2014-2016

Fiscal Único efetivo: Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A., pessoa coletiva n.º 509224547, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 235,

← ✎

representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André, ROC n.º 979, eleito na A. G. de 17.12.2014.

✎

Fiscal Único suplente: António Manuel Castanho Miranda Ribeiro, ROC n.º 778, eleito na A. G. de 17.12.2014.



4.3 – Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Tendo em conta que o Presidente e um dos vogais são, simultaneamente, administradores do acionista único, o Metropolitano de Lisboa, EPE, apenas o administrador residente auferirá remuneração pelo desempenho do seu cargo na empresa.

4.3.1 – Vogal - Eng.º João Mário Simões Viana

Remuneração base	3.131,49 euros	14 vezes por ano
Despesas de Representação	1.252,60 euros	12 vezes por ano
Redução anual	-4.440,59 euros	
Subsídio de refeição	10,06 euros	

4.3.2 – Fiscal Único efetivo: Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.

Honorários	9.900,00 euros anual
------------	----------------------

4.3.3 – Remunerações e outras regalias do Conselho de Administração

4.3.3.1.	Remuneração	Vogal
4.3.3.1.1.	Remuneração base anual/fixa	43.840,86
4.3.3.1.2.	Despesas de Representação	15.031,20
4.3.3.1.3.	Redução decorrente da Lei 55-A/2010	4.440,59
4.3.3.1.4.	Remuneração anual efetiva	54.431,45
<hr/>		
4.3.3.2.	Outras regalias e compensações	
4.3.3.2.1.	Plafond anual em comunicações	1.200,00
4.3.3.2.2.	Gastos de utilização de comunicações móveis	556,18



Comunicações internacionais e roaming	384,08
Transmissão de dados	172,11
4.3.3.2.3. Subsídio de deslocação (ajudas de custo)	2.676,43
4.3.3.2.4. Subsídio de refeição	1.720,26

4.3.3.3. Encargos com benefícios sociais	
4.3.3.3.1. Proteção social	13.515,65
4.3.3.3.2. Seguro de saúde	358,65
4.3.3.3.3. Seguro de vida	0,00
4.3.3.3.4. Seguro de acidentes pessoais	410,88
4.3.3.3.5. Seguro de acidentes de trabalho	343,96

4.3.3.4. Parque automóvel	
4.3.3.4.1. Marca	BMW
4.3.3.4.2. Modelo	320D
4.3.3.4.3. Matricula	36-DD-55
4.3.3.4.4. Modalidade de utilização	Leasing
4.3.3.4.5. Valor de referência da viatura	20.100,00
4.3.3.4.6. Ano de início	2012 ¹
4.3.3.4.7. Ano de Termo	2016
4.3.3.4.8. Combustível gasto com a viatura	1.458,33

¹ Viatura usada, que já se encontrava ao serviço da empresa, desde 2007, tendo sido adquirida em 2012. Viatura de serviço personalizada sujeita ao regime de tributação fiscal, em sede de IRS.

4.3.3.4.9. Plafond anual de combustível atribuído

3.757,80²

2 \$
T

4.3.3.5. Outros

Seguro anual

610,94

Conservação e manutenção

2.572,54

Portagens e parques

694,17

IUC

41,72

Amortizações

4.187,50

² Definido de acordo com o nº 3 do Art.º 33 do DL nº8/2012 de 18 de Janeiro.



4.4 – Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental

No presente capítulo, optou-se por garantir a aplicabilidade da estrutura solicitada pela DGTF, encontrando-se parte da informação apresentada, desenvolvida em capítulos próprios.

4.4.1 – Estratégias adotadas

Sendo o objetivo estratégico da Ferconsult assegurar a sustentabilidade da empresa, a estratégia adotada encontra-se já enunciada no capítulo 1. “Missão, objetivos estratégicos e políticas da empresa”.

4.4.2 – Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade

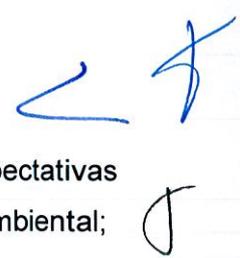
A Ferconsult identificou os riscos e as dificuldades sentidas, bem como as oportunidades que podiam ser desenvolvidas visando a melhoria e o aumento do grau da consciência sustentável na empresa, optando por uma política de desenvolvimento da sua atividade de forma equilibrada e sustentada, considerando ser esta a forma de garantir a sua sustentabilidade e competitividade a longo prazo.

Assim, a Política da Qualidade e Ambiente da Ferconsult reflete estas preocupações e traduz-se no seguinte:

A Ferconsult pretende desenvolver todas as suas atividades numa ótica de melhoria contínua, pautando-se pelos valores de rigor, qualidade, competência e inovação, rumo à excelência dos seus serviços e organização, assegurando a **SATISFAÇÃO DOS SEUS CLIENTES**, bem como a **PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE**.

Assim, promovendo o compromisso de todos os seus colaboradores e fornecedores, bem como o envolvimento de toda a comunidade em que se insere, a Ferconsult, SA assume, para a obtenção destes objetivos, a responsabilidade de:

- **VALORIZAÇÃO DOS COLABORADORES**, promovendo o seu compromisso com os custos, prazos e qualidade dos serviços prestados e fornecendo a todos uma **FORMAÇÃO** adequada;



- CUMPRIMENTO DOS CONTRATOS ambicionando exceder as expectativas dos clientes e satisfazendo as suas exigências e critérios de caráter ambiental;
- Preferência por FORNECEDORES e parceiros que prossigam políticas de sustentabilidade ambiental;
- ATUALIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS face à evolução tecnológica e à competitividade dos mercados atuais;
- CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO aplicável, os requisitos contratuais e outros, subscritos pela empresa;
- RACIONALIZAÇÃO DOS CONSUMOS de energia e matérias-primas ao nível de combustíveis fósseis, eletricidade, água e papel, produção de resíduos, MELHORANDO A SUA GESTÃO de forma a prevenir as diversas formas de poluição associadas;
- Contribuição ativa para a diminuição das emissões de gases de efeito de estufa, através da promoção da MOBILIDADE SUSTENTÁVEL;
- MANUTENÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO simples e abertos para divulgação da sua política e principais resultados; e
- AVALIAÇÃO periódica da eficácia do Sistema Integrado de Gestão, com vista à melhoria contínua, rumo à Sustentabilidade.

4.4.3 – Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa

Os principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa são:

Operacionais:

- Qualidade do serviço;
- Desajustamento dos ativos humanos (em face da carteira de trabalhos da empresa, a atual distribuição dos recursos está desajustada às necessidades);
- Diversificação de clientes;
- Continuação de referências em projetos para elegibilidade em concursos internacionais;



- Apoio dos técnicos especializados do ML em áreas não existentes na empresa;
- Limitações impostas às empresas do SEE, quando a Ferconsult opera no mercado concorrencial internacional.

Financeiros:

- Tesouraria;
- Obtenção de garantias bancárias indispensáveis à sua atividade;
- Limitações impostas às empresas do SEE, quando a Ferconsult opera no mercado concorrencial internacional.
- Controlo da execução financeira dos projetos.

4.4.4 – Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

A Ferconsult atua num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado e sustentabilidade económica, financeira e ambiental, com observância das regras de ética e das boas práticas.

No âmbito do novo modelo de governo do setor empresarial do Estado, a Ferconsult tem vindo, de forma gradual, a aplicar os princípios de bom governo.

Responsabilidade social e ambiental:

Na Ferconsult têm sido adotadas diversas práticas ambientalmente corretas, tendo a empresa implementado e obtido a certificação APCER do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), segundo a norma NP EN ISO 14001:2004, que está devidamente articulado com o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), de que a empresa também está certificada, segundo norma NP EN ISSO 9001:2008.



4.4.5 – Viabilidade do cumprimento dos Princípios de bom governo

A Ferconsult tem vindo, de forma gradual, a implementar as ações necessárias para dar cumprimento às práticas de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado, definidas no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro.

4.4.6 – Código de ética

A Ferconsult tem, desde 14 de fevereiro de 2005, um “Código de Conduta Empresarial” que se aplica a todos os que trabalham na empresa, não só nas suas relações interpessoais, como nas relações a estabelecer com todas as entidades, singulares ou coletivas, públicas ou privadas, que, a qualquer título, se relacionem com a Empresa.

5 – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

5.1 – Prazo médio de pagamento

O prazo médio de pagamento da Ferconsult a fornecedores habituais é de 79 dias. Se considerarmos as relações com o acionista, este prazo passa a ser de 115 dias e se for tido em consideração a dívida a um fornecedor cuja exigibilidade está a ser avaliada, o prazo global será de 212 dias.

5.2 – Deveres especiais de informação

Para cumprimento dos deveres especiais de informação, foi prestada informação atempada ao acionista, para cumprimento dos seus deveres de informação junto da Inspeção-Geral de Finanças e da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, nomeadamente através dos seguintes documentos:

- Planos de atividades anuais;
- Orçamentos anuais;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Cálculo dos prazos médios de pagamento
- Mapas de pessoal.

5.3 – Recomendações do acionista

São feitas através das reuniões do CA da empresa, onde dois membros são também membros do CA do acionista.

5.4 – Remunerações

Em 2014 foi dado integral cumprimento à Lei do Orçamento de Estado para 2014 (Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro), bem como à Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro,



que estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão.



Nesses termos, procederam-se a todas as reduções remunerações legalmente consagradas nos supracitados diplomas legais.

5.5 – Prémios de gestão

Os membros do Conselho de Administração da Ferconsult não auferem, remunerações variáveis ou prémios de gestão, dando cumprimento ao determinado no artigo 41.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro.

5.6 – Remuneração fixa

A remuneração fixa mensal ilíquida dos membros dos órgãos sociais foi objeto das reduções remuneratórias constantes da Lei do Orçamento de Estado para 2014, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, bem como da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, o que vem refletido no capítulo relativo às respetivas remunerações.



5.7 – Quadro resumo

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")		X			
Deveres Especiais de Informação			X	Não aplicável	
Recomendações do acionista na aprovação de contas:			X	Não aplicável	
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do artº 41º da Lei n.º 83-C/2013	X				
Órgãos sociais – Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de Fevereiro	X				
Órgãos sociais-redução remuneratória nos termos do artº 33º da Lei n.º 83-C/2013	X			4.440,59€	
Órgãos sociais-redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X				
Restantes trabalhadores – redução remuneratória nos termos do artº 33º da Lei n.º 83-C/2013 e da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro	X			209.693,32€	
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	X			Não existem cartões de crédito	
Reembolso de despesas de representação pessoal	X			Não há despesas de representação pessoal	
Contratação Pública					
Normas de contratação pública			X	Não aplicável	
Normas de contratação pública pelas participadas			X	Não aplicável	
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal					(- 30,35%)
Fornecimentos e Serviços Externos					(-23,48%)
Redução nº Efetivos e Cargos Dirigentes					
Nº de efetivos					(-26,57%)
Nº de cargos dirigentes					(-50%)

6 – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



O exercício de 2014 foi condicionado uma vez mais pela manutenção da situação económica do país relativamente ao ano de 2013. A nível internacional manteve-se também o abrandamento de muitas economias, dando continuidade ao foco dos nossos concorrentes nas economias emergentes, mantendo em alta o nível da concorrência.

A pressão sobre a atividade financeira manteve-se, em especial em Portugal, essencialmente no que diz respeito às necessidades de liquidez da economia e consequentemente das empresas.

A nossa empresa não foi exceção, tendo-se agravado neste exercício as já grandes dificuldades de tesouraria, obrigando a uma constante esforço na recuperação dos créditos sobre clientes, encontrando-se totalmente impossibilitada de recorrer a crédito bancário. Mantém-se também a pressão negativa sobre as empresas do Sector Empresarial do Estado evidenciando uma desvantagem significativa em relação aos nossos concorrentes privados, dado que este setor deixou de ser, há já algum tempo, bastante apetecível junto da banca, para passar a ser considerado um sector de alto risco e como tal a evitar.

Mas não é só no acesso ao crédito que esta questão se coloca. No que diz respeito à obtenção de garantias bancárias – matéria essencial para a nossa atividade – as dificuldades que enfrentámos mantiveram-se, tendo sido já imensas nos dois exercícios anteriores. Para o tipo de trabalhos que executamos, são sempre necessárias garantias bancárias, sejam elas para garantir a manutenção das nossas propostas, durante o prazo dos concursos, sejam para permitir adiantamento de clientes ou ainda para garantir a boa execução dos contratos. Sem esta ferramenta é impossível manter e desenvolver a nossa atividade.

Durante o ano de 2014, mais uma vez e felizmente, foram várias as necessidades de garantias bancárias, frutos de projetos entretanto contratados, mantendo-se a dificuldade na sua obtenção.

Como exemplo podemos apontar de novo o caso do projeto do Lote 4 da extensão do Metro de Argel, para o qual foi necessário obter quatro garantias para um valor total de cerca 1,9 M€. O processo de obtenção foi iniciado no exercício anterior, antes do verão de 2013 e à semelhança de situações anteriores, foram feitas várias tentativas junto da banca comercial, mas apenas um banco (CGD) se mostrou disponível para o fazer, mas

com custos elevados, exigindo aval do Acionista e consequentemente do Estado Português. Este processo foi complexo e moroso, tendo apenas sido concluído em Novembro de 2014, tendo causado notórias dificuldades à Empresa, quer do ponto de vista de tesouraria, já que, apesar de ter efetuado trabalho neste projeto, não conseguia obter pagamentos do cliente, quer por não cumprir estas obrigações contratuais. Foi também prejudicial, do ponto de vista de imagem junto do cliente, que muitas vezes não consegue entender estas nossas dificuldades.

Como consequência, as dificuldades de tesouraria foram agravadas, constituindo um dos maiores problemas da empresa, consumindo tempo e energia e colocando algumas dificuldades operacionais. No entanto, o aumento de atividade da empresa provocou também um aumento das necessidades de fundo de maneiio, agravando a tesouraria, o que mantém a necessidade de encontrar soluções para esta questão.

No atual enquadramento económico da empresa mantêm-se as preocupações permanentes na racionalização dos gastos de estrutura e na otimização dos meios disponíveis com vista ao aumento da produtividade e angariação de novos trabalhos.

Registou-se neste exercício um aumento significativo atividade da Empresa, traduzindo-se num aumento do volume de negócios de 6,61, M€ para 7,93 M€, ou seja +20%, valor que é significativo.

A Empresa encerrou o ano 2014, com um défice nos resultados antes de impostos na ordem dos 1,472 M€ a que corresponde um EBITDA de aproximadamente -1,158 M€.

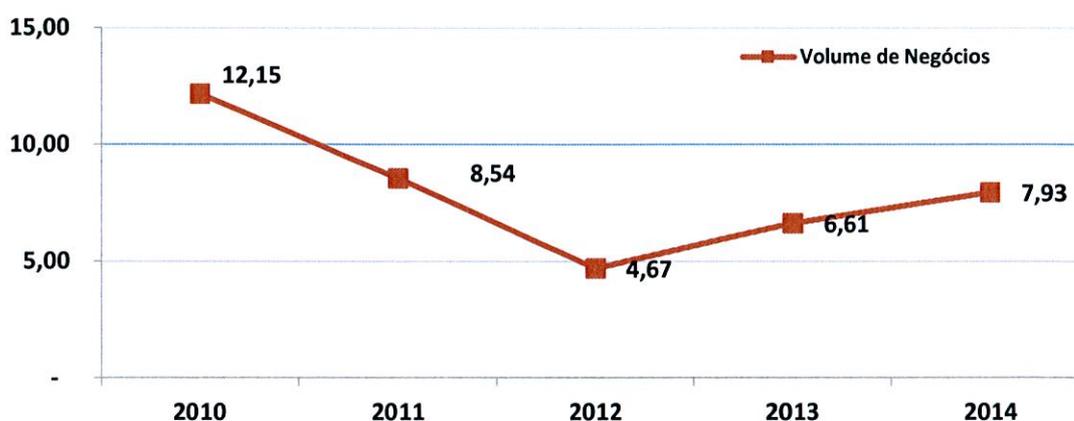
No entanto como será detalhado adiante, para este resultado contribuíram em grande medida dois fatores extraordinários, que caso não tivessem ocorrido, teriam permitido obter um EBITDA positivo, na casa dos +52.000 euros.

INDICADORES GERAIS

Handwritten signature in blue ink.

Volume de Negócios

O volume de negócios total da Ferconsult, em 2014, cifrou-se em 7,93 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo global na ordem dos 1,32 milhões de euros (+20,0%) em relação ao ano anterior, como se evidencia no gráfico seguinte:

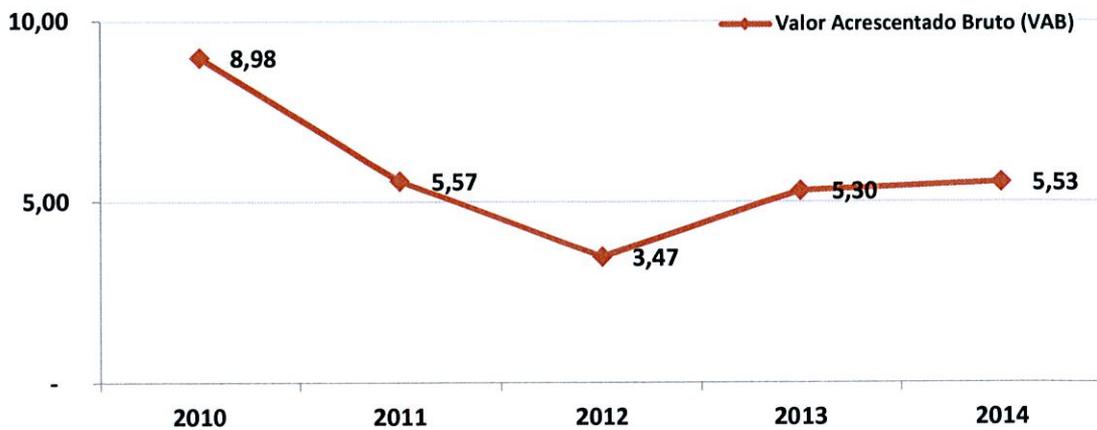


Para este acréscimo contribuíram essencialmente os projetos do Lote 3, Lote 4 para a EMA e dos projetos da linha 15 e Linha 4 e 5 para o Metro de São Paulo, representando um acréscimo de volume de negócios de aproximadamente 3 M€. Por seu lado a CFO registou uma diminuição do volume de negócios de aproximadamente 1,73 M€, onde só projeto de Oran registou uma diminuição no volume de negócios de aproximadamente 1 M€.



Valor Acrescentado Bruto (VAB)

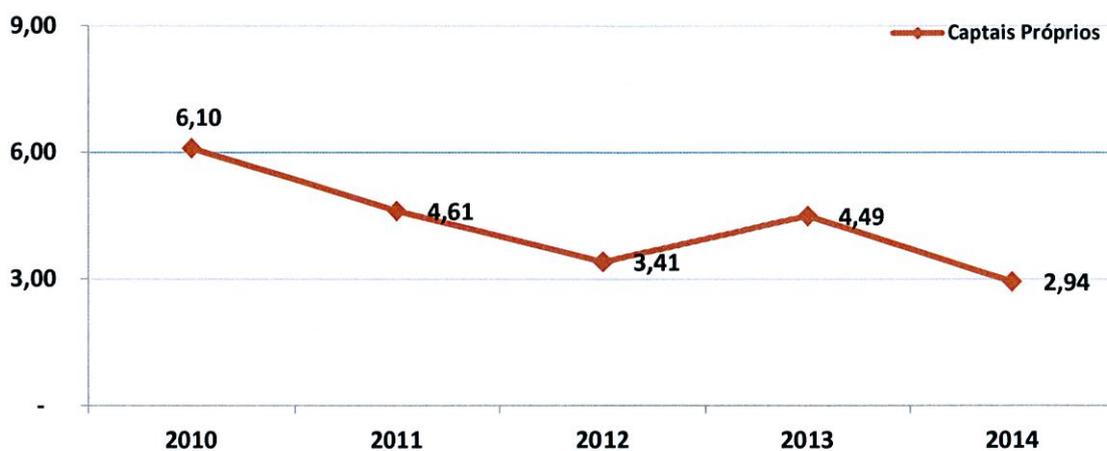
O VAB realizado no exercício de 2014, que corresponde ao contributo líquido da Empresa para o PIB (Produto Interno Bruto), ou seja a remuneração dos fatores trabalho e capital, cifrou-se em 5,53 milhões de euros, o que reflete um acréscimo de cerca de 4,3% em relação ao ano anterior (5,30 milhões de euros).





Capitais Próprios

No final do exercício, o total do capital próprio cifrava-se em 2,94 milhões de euros, tendo-se registado uma diminuição na ordem dos -34,6% (-1,55 m€) em relação ao ano anterior, como consequência, dos resultados negativos do ano. O atual volume de capitais próprios (2,94 milhões de euros) é considerado suficiente para uma boa performance económico-financeira e corresponde a um rácio de autonomia financeira na ordem dos 35,8%.





RESULTADOS E CASH-FLOW

A Empresa encerrou o ano 2014, com um défice nos resultados antes de impostos na ordem dos 1,472 M€ a que corresponde um EBITDA de aproximadamente -1,158 M€.

Para este resultado contribuíram em grande medida dois fatores extraordinários que foram os seguintes:

A Ferconsult efetuou um contrato de promessa de compra e venda da sua fração do imóvel sito na avenida Barbosa do Bocage, com o seu acionista, pelo valor de 1.995.000 euros, transferindo a sua posse e conferindo poderes ao ML para futura alienação a terceiros. Este valor resultou de uma avaliação global da totalidade do imóvel de 9.500.000 euros atribuindo-se à fração um valor de 21%. Ficou também estabelecido que caso o imóvel venha a ser vendido por um valor superior, a Ferconsult terá direito a receber 21% dessa diferença. Esta transação provocou uma menos valia contabilística de aproximadamente 1,047 milhões de euros.

O segundo fator está relacionado com a dívida da GIBB à Ferconsult. Este processo que teve início no princípio de 2011, resultou de um sério abuso de confiança cometido pela GIBB, que enquanto parceira e líder de consórcio em vários projetos, faturava ao cliente REFER a prestação de serviços de todo o consórcio e reteve em seu benefício valores recebidos do cliente. Esta dívida chegou a atingir um valor superior a 1,4 M€ tendo sido reduzida para um valor presente de cerca de 670.000 euros. Este processo deu origem a ações executivas pela Ferconsult à GIBB, que por sua vez instaurou um Processo Especial de Revitalização (PER). Este PER foi homologado em Novembro de 2014, e prevê o reembolso da totalidade da dívida em sete anos, após um período de carência de um ano. Constitui-se uma provisão no valor de 162.941 euros que corresponde à diferença entre o valor nominal da dívida e seu valor atualizado líquido, de modo a refletir o valor presente da dívida a receber no prazo estipulado no PER.

Sem o efeito destes dois fatores, o EBITDA situar-se-ia na casa dos +52.000 euros.

Estes resultados refletem ainda assim a continuação de um enorme esforço de gestão no sentido da sustentabilidade da empresa.

Estes esforços passaram essencialmente pela entrada em produção de novos contratos, resultado de um esforço comercial iniciado em exercícios anteriores, bem como uma continua racionalização dos meios humanos e uma contenção significativa



de todos os custos. Ainda assim torna-se necessário continuar todos estes esforços, ficando por conseguir eliminar alguma inatividade ainda existente, em particular na área de Fiscalização de Obras, que apesar da realocação de meios humanos efetuada sempre que possível, para a área de projeto, onde existe necessidade de produção, tem ainda um peso significativo nos resultados da empresa.

Observando a variação dos resultados líquidos dos últimos exercícios, face a cada um dos anos imediatamente anteriores, verificamos que desde 2010 até 2013 houve sempre uma melhoria significativa dos resultados. Em 2014 há um agravamento significativo dos resultados pelas razões já apontadas.

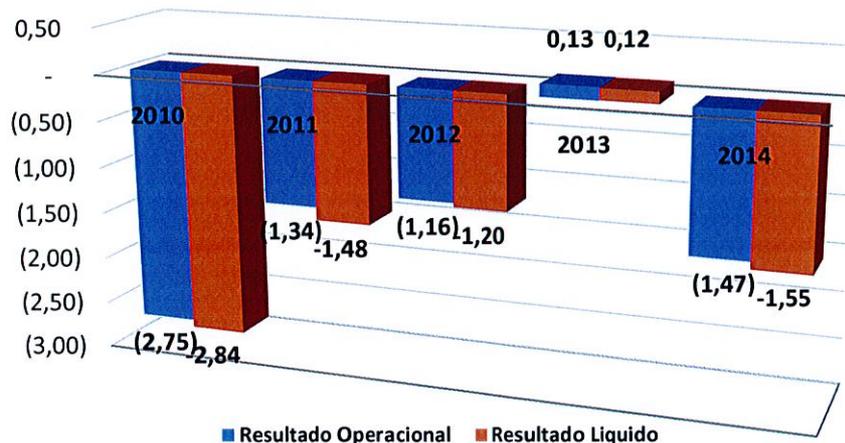
Resultado Operacional

Os resultados operacionais atingiram o montante de 1,47 milhões de euros negativos, correspondendo a uma margem operacional em função do Volume de Negócios na ordem dos -18,6%, o que significa um agravamento significativo em relação ao ano transato com uma variação na casa dos -1,6 milhões de euros.

Resultado Líquido

A Empresa obteve um resultado líquido no montante de 1,55 milhões de euros negativos, que representa a margem líquida global da atividade da Empresa, depois de impostos.

Os resultados líquidos tinham-se cifrado no exercício anterior em 0,12 milhões de euros positivos, tendo-se verificado um agravamento muito significativo (-1,68 milhões de euros) relativamente ao exercício anterior.

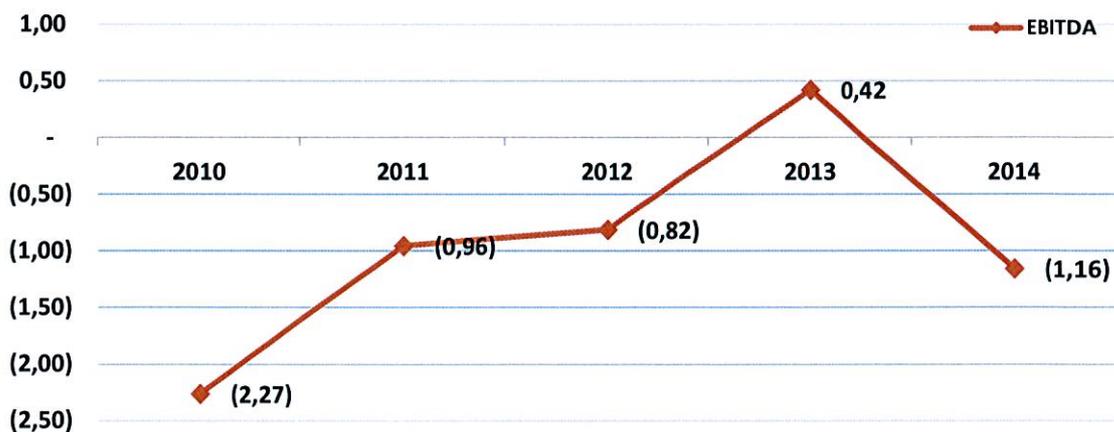




Cash-flow operacional (EBITDA)

A Empresa obteve um cash-flow operacional (EBITDA) negativo, no montante de 1,16 milhões de euros, que corresponde à margem operacional da atividade gerada durante o exercício de 2014, excluindo amortizações, ajustamentos e provisões, registando um agravamento de 1,58 milhões de euros face ao ano anterior, cujo valor se situou nos 0,42 milhões de euros positivos. De notar que, tal como atrás mencionado, sem o efeito dos fatores extraordinários ocorridos em 2014, o EBITDA situar-se-ia na casa dos +52.000 euros.

A correlação do EBITDA com o total dos proveitos operacionais traduz uma margem EBITDA na ordem dos -14,6%, tendo-se registado uma diferença negativa de 21 pontos percentuais nesta margem quando comparada com o ano anterior, devendo-se este agravamento essencialmente aos fatores extraordinários acima referidos.



INDICADORES DE RENTABILIDADE

Indicadores de Rentabilidade	2010	2011	2012	2013	2014
Rentabilidade Operacional das Vendas	-22,7%	-15,7%	-24,8%	2,0%	-18,6%
Rentabilidade Líquida das Vendas	-23,3%	-17,4%	-25,7%	1,8%	-19,6%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	-46,5%	-32,1%	-35,3%	2,7%	-52,9%



Rentabilidade Operacional das Vendas

O resultado operacional obtido (-1,47 milhões de euros) corresponde a uma taxa de rentabilidade operacional das vendas (Volume de Negócios) de -18,6%, registando-se um agravamento de aproximadamente 20,5 pontos percentuais face ao ano de 2013.

Rentabilidade Líquida das Vendas

O resultado líquido obtido (-1,55 milhões de euros) corresponde a uma taxa de rentabilidade líquida das vendas (Volume de Negócios) de -19,6%, cerca de 21,4 pontos percentuais inferior ao ano anterior.

Rentabilidade dos Capitais Próprios

A correlação do resultado líquido obtido no exercício de 2014 de (-1,55 milhões de euros), com o total dos capitais próprios no fim do exercício de 2,94 milhões de euros, traduz uma taxa de rentabilidade líquida do capital próprio aplicado na Empresa, negativa, correspondente a -52,9%.

INDICADORES FINANCEIROS

Neste exercício registou-se uma inversão da evolução da rentabilidade, relacionada com fatores extraordinários, não representativos da atividade corrente da empresa, o que não contribuiu para a melhoria da sua estrutura financeira, como se conseguiu no exercício anterior. Ainda assim, a Empresa continua a apresentar uma estrutura financeira equilibrada, com especial destaque para os seus rácios de Autonomia Financeira e Liquidez Geral.

A Autonomia Financeira e a Solvabilidade registaram uma diminuição relativamente ao exercício anterior, mas contraria uma tendência de diminuição verificada desde 2010, ou seja os seus valores, apesar de serem inferiores aos do exercício de 2013, são superiores aos dos exercícios de 2010 a 2012.

.A Liquidez Geral manteve a tendência de recuperação que se verifica desde o exercício de 2011. Quanto ao EBITDA, este registou um agravamento provocados por fatores

extraordinários já referidos, que impediram a tendência de recuperação, desde o exercício de 2010, bem como a obtenção de um valor positivo.

Indicadores Financeiros	2010	2011	2012	2013	2014
Autonomia Financeira	31,5%	28,2%	24,8%	45,8%	35,8%
Liquidez Geral	132,9%	117,6%	119,0%	126,7%	161,7%
Solvabilidade	46,1%	39,2%	33,0%	84,6%	55,8%
EBITDA (Meuros)	- 2,27	- 0,96	- 0,82	0,42	- 1,16

Autonomia Financeira

O rácio da autonomia financeira, que traduz a relação dos capitais próprios com o total dos ativos da Empresa, sofreu uma diminuição (-10,0 pp) relativamente ao ano de 2013, fixando-se no fim do exercício em 35,8%.

Liquidez Geral

A Empresa apresenta em 2014 um rácio de liquidez geral de 161,7%, acima do rácio mínimo aceitável para o exercício da atividade, mantendo a tendência de recuperação desde 2011 e registando uma recuperação de 35,0 pp face ao ano transato.

Solvabilidade

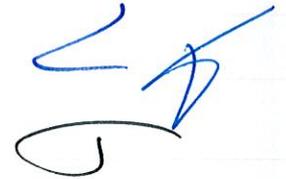
O rácio da Solvabilidade, que traduz a capacidade da Empresa para regularizar o seu passivo em função do volume de capitais próprios, fixou-se em cerca de 55,8%, registando um decréscimo significativo de 28,8 pp comparativamente ao ano anterior (84,6%).

Os resultados do exercício tiveram um impacto negativo nos indicadores financeiros, no entanto estamos numa situação melhor do que em 2012, o que tem, para além de outros benefícios, importância quanto às avaliações para efeitos de concurso públicos, pelo menos no caso da Argélia, onde estes indicadores não são apenas critérios de admissibilidade, mas sim de avaliação das propostas.

No caso ainda dos concursos para o cliente EMA, existem outros indicadores que fazem parte da avaliação da capacidade financeira, que dependem exclusivamente da



performance financeira dos concorrentes, nomeadamente da evolução do volume de negócios e do *cash-flow*, dos três últimos exercícios. Neste caso apenas a evolução do volume de negócios pois positiva, pelo que há que melhorar se mantém o desafio de consolidar e estender melhorias no futuro.



7 – PERSPETIVAS PARA 2015

Mantêm-se válidos para 2015 os grandes vetores que têm sido definidos para os últimos anos, impondo-se uma maior premência na frente interna, onde é necessário reforçar a componente de controlo de gestão financeira e de projeto, face ao elevado risco dos projetos que atualmente desenvolvemos.

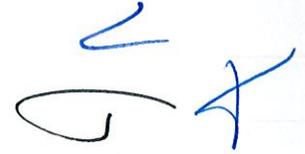
Não sendo expectável que o mercado nacional volte a apresentar a curto ou médio prazo oportunidades interessantes e sustentáveis para a atividade da Ferconsult, a empresa continuará a focar a sua ação nos mercados internacionais mais promissores ou onde a empresa apresenta já vantagens competitivas.

Na verdade o mercado internacional no sector dos transportes urbanos em sítio próprio continua a apresentar oportunidades em várias regiões do globo, nomeadamente no Norte de África, Médio-Oriente e América Latina.

É aqui que a empresa continuará a focar a sua atividade comercial, a qual já começou a dar os seus frutos. Para além de continuar a apresentar propostas para os atuais clientes principais na Argélia e no Brasil, a empresa deverá diversificar as suas apostas de modo a reduzir o risco da forte dependência dos clientes hoje existentes, tanto mais que a redução do preço do petróleo que afeta a balança de pagamentos argelina e a redução do crescimento económico no Brasil podem afetar a capacidade financeira e, subsequentemente, a capacidade de concretização dos grandes projetos de infraestruturas de transportes planeados naqueles países.

Assim, além de intensificar a nossa atividade comercial nas regiões que definimos como estratégicas, serão analisadas pela Ferconsult oportunidades noutras regiões geográficas, quando exista o desafio para colaboração com outras empresas portuguesas ou internacionais, e desde que o projeto se afigure de interesse empresarial, após uma avaliação do projeto concreto, dos respetivos montantes de investimento e retorno, das competências e referências necessárias e de eventuais riscos envolvidos.

Há todavia que ter presente que, por via do arrefecimento das economias a que pertencem parte dos nossos concorrentes no nosso sector de atividade, se assiste a um aumento da intensidade da concorrência, pelo que se continuará a focar o esforço comercial nas áreas em que a Ferconsult detém um efetivo know-how que possa

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized initial 'G' followed by a smaller, more complex mark that could be interpreted as 'A' or a similar character.

constituir uma vantagem competitiva, nomeadamente no que diz respeito aos estudos, projetos e gestão de empreendimentos de sistemas de transporte em sítio próprio.

Para tal é essencial que a empresa continue a contar com o conhecimento e experiência dos técnicos especialistas do Metro de Lisboa, nas áreas complementares às competências existentes na Ferconsult e que constituem um fator diferenciador perante os clientes e por comparação com os nossos principais concorrentes.

Do ponto de vista interno, é fundamental dar continuidade ao processo de reestruturação já iniciado mas ainda insuficiente, o qual não teve uma evolução relevante nos anos de 2013 e 2014. É desejável um redimensionamento da empresa com o objetivo de adequar a capacidade de produção à procura estimada e, sobretudo, aos tipos de serviço requeridos, sendo fundamental um movimento de redução de recursos excedentes. Mas em simultâneo é importante assegurar a entrada de técnicos com a formação de base específica nas áreas hoje mais carenciadas, aproveitando para os treinar com os projetos que estão em desenvolvimento, de modo a garantir a continuidade do conhecimento e saber da empresa nas áreas chave em que atua. Só com uma adequação dos recursos às atuais necessidades, a empresa terá condições para atingir os níveis de competitividade necessários para assegurar a sua sustentabilidade.

As dificuldades de tesouraria continuarão a fazer-se sentir em 2015, resultantes quer do aumento da necessidade de fundo de maneio pelo aumento de atividade da empresa, quer pela décalage entre o trabalho produzido e a faturação, por força das condições de alguns contratos existentes, quer por alguns atrasos de pagamento de clientes institucionais, apesar de um cada vez maior controlo de faturação e de pressão nos recebimentos por parte da empresa. O facto de a Ferconsult não ter acesso a crédito bancário, a par do complexo processo de obtenção de garantias bancárias, essenciais para a nossa atividade, limita uma normal atividade empresarial. Também aqui é importante continuar com o apoio que tem sido dado pelo nosso acionista, e solicitar uma sensibilização da tutela para a simplificação dos processos onde pode atuar diretamente.

Serão estes os vetores fundamentais a desenvolver em 2015: foco nos mercados internacionais onde a empresa possa apresentar uma efetiva vantagem competitiva, execução dos trabalhos obtidos com satisfação do cliente e com rentabilidade, prosseguimento no redimensionamento da empresa face às novas realidades e tipo de



projetos, e obtenção de ganhos de melhores níveis de eficiência e eficácia, mantendo as competências base e o know-how técnico diferenciador.

Hoje é maior o perfil de risco da empresa por comparação com a época em que existia um melhor equilíbrio entre a atividade de elaboração de projetos e de fiscalização. Na verdade, com uma cada vez maior preponderância das prestações de serviços de estudos e projetos e considerando que aquelas se destinam a mercados internacionais fortemente concorrenciais, em regra com riscos mais elevados, o desafio para os próximos anos será cada vez maior. Impõe-se uma cultura de exigência, na preparação de propostas comerciais (identificação dos riscos e composição dos preços), de planeamento e de controlo das atividades de produção, de acompanhamento dos clientes, bem como uma cuidada gestão dos contratos, a par de um empenhado e rigoroso controlo de gestão financeira, de forma a assegurar uma boa rentabilidade dos projetos. Estes são requisitos essenciais para um bom desempenho da empresa e para o regresso aos resultados operacionais positivos. Por essa razão, é urgente reforçar a componente de controlo de gestão e de monitorização financeira dos projetos, situação já há muito identificada pela gestão de topo e que não tem sido possível concretizar face às limitações de contratação a que a empresa está sujeita, embora se admita que, a curto prazo, possa existir um apoio por parte do acionista nesta área.

O setor dos transportes está a sofrer profundas transformações no país, sendo conhecidas as opções e orientações da tutela no que concerne à concessão das operações de serviço público a cargo do nosso acionista. Também a Ferconsult poderá ter um caminho diferente daquele que tem sido trilhado desde a sua criação, no que se refere à sua ligação umbilical ao Metropolitano de Lisboa.

A empresa está preparada para os novos desafios, num enquadramento empresarial diferente e certamente com a possibilidade de uma gestão mais flexível, tendo por base a reconhecida capacidade, experiência, qualidade e empenho dos seus técnicos na conceção e concretização de empreendimentos de infraestruturas de sistemas de transportes em sítio próprio.

O grande objetivo estratégico da Ferconsult continuará a ser garantia da sua sustentabilidade económico-financeira, mantendo a sua vocação exportadora de bens transacionáveis, a satisfação dos seus clientes e do seu acionista, a motivação e realização profissional dos seus trabalhadores e o reconhecimento internacional da engenharia portuguesa.

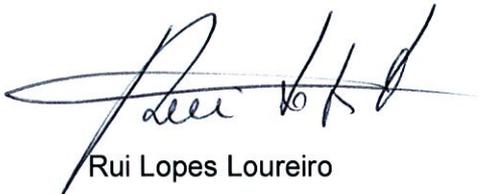
8 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2014, a Empresa aumentou o seu volume de negócios para o montante de € 7.931.708 (sete milhões, novecentos e trinta e um mil, setecentos e oito euros) e apurou resultados líquidos negativos que ascenderam a € 1.554.212 (um milhão, quinhentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e doze euros).

Assim, nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração, considerando os níveis de capitais próprios adequados ao desempenho das suas atividades, propõe à Assembleia Geral, a aplicação do resultado líquido negativo do exercício, no valor global de € 1.554.212, na rubrica de resultados transitados.

Lisboa, 30 de março de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Rui Lopes Loureiro



Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Tiago Alexandre Carvalho dos Santos

2
Tj

9 – ANEXOS



Handwritten blue ink marks, including a checkmark and a signature.

Demonstrações Financeiras e Anexo

Índice das demonstrações financeiras

Balancos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.....	3
Demonstrações dos resultados por naturezas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.....	4
Demonstrações das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013	5
Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.....	6
Anexo às demonstrações financeiras	7
1 INTRODUÇÃO	7
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	7
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	8
4 FLUXOS DE CAIXA	16
5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	17
6 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	19
7 ATIVOS INTANGÍVEIS.....	19
8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL.....	20
9 CLIENTES	20
10 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	21
11 OUTRAS CONTAS A RECEBER.....	22
12 DIFERIMENTOS.....	23
13 CAPITAL	23
14 RESERVAS LEGAIS, PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	24
15 PROVISÕES.....	25
16 FINANCIAMENTOS OBTIDOS	25
17 FORNECEDORES	26
18 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	26
19 OUTRAS CONTAS A PAGAR	26
20 SERVIÇOS PRESTADOS	27
21 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO.....	27
22 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	28
23 GASTOS COM PESSOAL	28
24 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS.....	29
25 OUTROS GASTOS E PERDAS.....	29
26 GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS.....	29
27 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	30
28 DIVIDENDOS.....	31
29 COMPROMISSOS	31
30 CONTINGÊNCIAS	31
31 INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	32
32 PARTES RELACIONADAS.....	32
33 EVENTOS SUBSEQUENTES	34

Balances em 31 de dezembro de 2014 e 2013

	Notas	31 de dezembro	
		2014	2013
Activo			
Não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	129.351	324.985
Propriedades de investimento	6	-	3.104.885
Activos intangíveis	7	81.111	27.456
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	8	384.427	407.478
Participações financeiras - outros métodos		396	396
Clientes	9	636.673	-
		1.231.958	3.865.200
Corrente			
Clientes	9	1.159.460	2.057.365
Estado e outros entes públicos	10	146.450	28.573
Outras contas a receber	11	5.597.910	3.392.575
Diferimentos	12	77.726	121.282
Caixa e depósitos bancários	4	242.439	335.168
		7.223.985	5.934.963
Total do activo		8.455.943	9.800.163
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital realizado	13	1.000.000	1.000.000
Outros instrumentos de capital próprio	13	960.000	960.000
Reservas legais	14	200.000	200.000
Outras reservas	14	7.731.809	7.731.809
Resultados transitados	14	(5.400.709)	(5.522.197)
		4.491.100	4.369.612
Resultado líquido do exercício		(1.554.212)	121.488
Total do capital próprio		2.936.888	4.491.100
Passivo			
Não corrente			
Provisões	15	558.985	624.742
Financiamentos obtidos	16	-	-
		558.985	624.742
Corrente			
Fornecedores	17	1.765.414	1.294.441
Adiantamentos de clientes	18	506.067	683.819
Estado e outros entes públicos	10	239.083	769.987
Financiamento obtidos	16	255.825	-
Outras contas a pagar	19	2.055.259	1.836.363
Diferimentos	12	138.421	99.712
		4.960.070	4.684.321
Total do passivo		5.519.055	5.309.063
Total do capital próprio e do passivo		8.455.943	9.800.163

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2014.

O Técnico de Contas:



O Conselho de Administração



Demonstrações dos resultados por naturezas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

	Notas	2014	2013
Serviços prestados	20	7.931.708	6.607.434
Subsídios à exploração	21	-	14.562
Ganhos/perdas inputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	35.449	3.320
Fornecimentos e serviços externos	22	(2.423.802)	(1.364.966)
Gastos com o pessoal	23	(4.934.703)	(5.245.635)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	9, 11	-	7.617
Provisões (aumentos/ reduções)	15	65.756	402.056
Outros rendimentos e ganhos	24	60.877	61.686
Outros gastos e perdas	25	(1.893.301)	(64.809)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(1.158.016)	421.265
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	5, 6, 7	(314.450)	(291.736)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1.472.466)	129.529
Juros e rendimentos similares obtidos	26	-	-
Juros e gastos similares suportados	26	(30)	(16)
Resultados antes de impostos		(1.472.496)	129.513
Imposto sobre o rendimento do exercício	27	(81.716)	(8.025)
Resultado líquido do exercício		(1.554.212)	121.488

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

O Técnico de Contas:



O Conselho de Administração:



Demonstrações das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

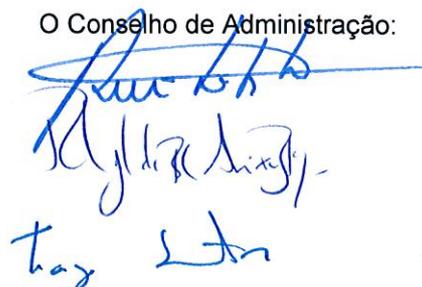
	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
A 31 de dezembro de 2012		1.000.000	-	200.000	7.731.809	(4.319.074)	(1.203.124)	3.409.612
Alterações no exercício:								
Aplicação do resultado de 2012		-	-	-	-	(1.203.124)	1.203.124	-
Resultado líquido do exercício:		-	-	-	-	(1.203.124)	1.203.124	-
Operações com detentores de capital no período:								
Prestações acessórias		-	960.000	-	-	-	-	960.000
Resultado integral		-	-	-	-	-	121.488	121.488
A 31 de dezembro de 2013		1.000.000	960.000	200.000	7.731.809	(5.522.197)	121.488	4.491.100
A 31 de dezembro de 2013		1.000.000	960.000	200.000	7.731.809	(5.522.197)	121.488	4.491.100
Alterações no exercício:								
Aplicação do resultado de 2013		-	-	-	-	121.488	(121.488)	-
Resultado líquido do exercício:		-	-	-	-	121.488	(121.488)	-
Operações com detentores de capital no período:								
Prestações acessórias		-	-	-	-	-	-	-
Resultado integral		-	-	-	-	-	(1.554.212)	(1.554.212)
A 31 de dezembro de 2014		1.000.000	960.000	200.000	7.731.809	(5.400.709)	(1.554.212)	2.936.888

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

O Técnico de Contas:



O Conselho de Administração:



Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

	<u>Notas</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		6.836.558	12.680.973
Pagamentos a fornecedores		(1.742.149)	(6.026.041)
Pagamentos ao pessoal		(5.060.647)	(5.219.062)
Caixa gerada pelas operações		33.762	1.435.869
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(30.043)	(41.387)
Outros recebimentos/ pagamentos		(1.743.785)	(1.081.234)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		(1.740.066)	313.248
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(35.636)	(80.295)
Activos intangíveis		(74.321)	(23.706)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		1.501.500	1.503
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		1.391.543	(102.498)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	16	-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	(15.683)
Juros e gastos e similares		(30)	(561)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(30)	(16.244)
Varição de caixa e seus equivalentes			
Efeito das diferenças de câmbio		(348.553)	194.506
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	335.168	140.662
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4 e 16	(13.385)	335.168

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo balanço em 31 de Dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



Anexo às demonstrações financeiras**1 Introdução**

A Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A. (também referida neste documento como Ferconsult, Empresa ou Sociedade) foi constituída em 1991. Tem por objeto social a elaboração de estudos e realização de projetos, prestação de serviços de consultoria nas áreas de arquitetura, de engenharia e de transporte e elaboração, organização e coordenação de concursos para adjudicação de empreitadas e fornecimentos, orçamentação, coordenação, gestão, fiscalização e controlo de obras e gestão da qualidade em empreendimentos da construção.

A Ferconsult é detida a 100% pela Metropolitano de Lisboa, EPE, com sede em Lisboa.

A Ferconsult detém uma participação financeira no Agrupamento Engenharia e Sistemas de Transportes - Ensitrans, AEIE (Ensitrans), empresa sobre a qual detém 45% do capital mas não detém a maioria dos titulares dos órgãos de gestão. A Sociedade detém ainda duas outras participações nas Sociedades Trem e Trem II, agrupamentos complementares de empresa nas quais a Sociedade detém 10% e 0,001% do capital social, respetivamente.

De acordo com o Decreto-Lei nº. 158/2009, a Ferconsult está dispensada de apresentar demonstrações financeiras consolidadas, por ser ela também uma subsidiária de uma empresa subordinada à legislação de um Estado membro da União Europeia, que prepara demonstrações financeiras consolidadas nas quais a Ferconsult é consolidada pelo método integral – Metropolitano de Lisboa, EP.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 30 de março de 2015. É opinião da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Ferconsult, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**2.1. Base de Preparação**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2011, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF”) e normas interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009, os quais, no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilístico (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “NCRF”.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Ferconsult, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do exercício de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.20.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos, de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras e são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Ferconsult estão mensurados em Euros, que é a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional).

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de custos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Cotações de moeda estrangeira

<u>Moeda</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
USD	1,2101	1,3744
DZD	106,3700	107,9948

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para o SNC, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe estão associados fluam para a entidade e quando o custo poder ser mensurado com fiabilidade; a quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida do Balanço.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A estimativa dos custos a suportar com a desmontagem, desmantelamento ou remoção de ativos, quando se traduzam em montantes significativos, serão considerados como parte do custo de aquisição dos respetivos ativos.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos fixos tangíveis são calculadas utilizando o método da linha reta a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido, em conformidade com a vida útil dos ativos definida em função da utilidade esperada, nomeadamente

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	25 a 50 anos
Equipamento básico	4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 6 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos
Outros activos fixos tangíveis	10 a 20 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor líquido contabilístico do ativo na data da alienação, sendo a diferença reconhecida na demonstração dos resultados, como outros rendimentos operacionais ou outros gastos operacionais.

3.3. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios. As propriedades de investimento encontram-se registadas ao custo, sendo depreciadas de forma sistemática durante a sua vida útil estimada.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem.

As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

Para fins de divulgação e análise do valor de recuperação, a Empresa obtém, com periodicidade não superior a 2 anos, e com referência próxima à data de relato, avaliações das propriedades de investimento para aferir o seu justo valor, elaboradas por entidades independentes e especializadas, considerando-se a manutenção desse justo valor durante esse período, exceto em situações de alteração nas condições de mercado ou eventos excepcionais que possam causar variações significativas no justo valor das propriedades de investimento, caso em que aquelas avaliações são obtidas com uma periodicidade mais curta, com referência à data do balanço imediatamente após a verificação de tais situações. Sempre que o valor das propriedades de investimento, líquido de depreciações acumuladas seja superior ao seu justo valor, à data de relato, a Empresa procede ao registo da perda de imparidade respetiva.

A vida útil estimada para as propriedades de investimento é de 50 anos.

3.4. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos e incluindo qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Ferconsult reconhece como ativos intangíveis (i) os montantes despendidos com software adquirido a terceiros, ou (ii) os custos de implementação de software faturado pelo grupo.

A Ferconsult valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada. A Ferconsult não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

3.5. Participações financeiras

Investimentos são apresentados pelo método da equivalência patrimonial, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a Sociedade. Segundo este método, as demonstrações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Ferconsult nos ativos líquidos da correspondente entidade. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

As associadas são entidades sobre as quais a Empresa tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais a Sociedade tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo. Ganhos ou perdas não realizados em transações entre a Ferconsult e as suas associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pela associada são considerados reduções do investimento detido.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária ou entidade conjuntamente controlada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por

valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da subsidiária.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, associadas e empresas conjuntamente controladas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

As políticas contabilísticas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as políticas contabilísticas da Ferconsult.

As entidades que se qualificam como associadas encontram-se listadas na nota 8.

3.6. Imparidade de ativos

Os ativos com vida útil finita são testados para imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão ou reforço das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.7. Ativos financeiros

A Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Ferconsult classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros i) cujo prazo seja à vista ou tenham maturidade definida, ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado, como sejam os empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Os réditos relativos a juros a reconhecer em cada período relativos a ativos registados ao custo amortizado, são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa

que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os ativos financeiros que não cumprem com as condições para serem mensurados ao custo amortizado ou os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação são classificados e mensurados ao justo valor. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa, casos em que são registadas em capital próprio.

A Ferconsult avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Ferconsult reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.8. Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber constituem direitos a receber pela venda de bens ou serviços no decurso normal do negócio da Ferconsult, são reconhecidas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável). Sempre que exista um acordo formal para o diferimento dos montantes a receber, o justo valor da retribuição é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados pelo prazo de reembolso previsto.

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, na rubrica "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

3.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.10. Capital social

As ações são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Ferconsult tem i) uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de eventos passados, ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Ferconsult divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.12. Fornecedores e Outras contas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

3.13. Passivos financeiros

A Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Ferconsult classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros i) cujo prazo seja à vista ou tenham maturidade definida, ii) cujo reembolso seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar, como sejam os financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O gasto de juros a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os passivos financeiros remanescentes são classificados e mensurados ao justo valor. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa, casos em que são registadas em capital próprio.

Os passivos financeiros (ou parte de um passivo financeiro) são desreconhecidos quando se extinguem, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato é liquidada, cancelada ou expira.

3.14. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base na responsabilidade de balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

3.15. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a Ferconsult detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Ferconsult não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Ferconsult tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.16. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no exercício a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios (regime de acréscimo). As diferenças entre os montantes recebidos ou faturados a clientes e pagos ou faturados por fornecedores e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos.

3.17. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à prestação de serviços no decurso normal da atividade da Ferconsult. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

A Empresa reconhece rédito quando o seu montante pode ser razoavelmente mensurado, seja provável que exista um influxo futuro e em função dos seguintes critérios:

- O rédito dos projetos em regime de "time and materials" é reconhecido na data da prestação dos serviços, usualmente com base nas horas incorridas mensalmente pela equipa afeta ao projeto.
- O rédito dos restantes projetos é reconhecido de acordo com a execução do contrato, através do método da percentagem de acabamento, calculada com base nos custos totais incorridos comparada com a melhor estimativa de custos a incorrer para a conclusão do contrato somada dos custos já incorridos com determinado contrato. A percentagem de acabamento apurada é aplicada ao montante global de faturação acordada.

- A diferença entre o montante do rédito assim determinado e o valor faturado é registado na rubrica do ativo "Outras contas a receber" ou na rubrica do passivo de Diferimentos.

A Ferconsult baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente e a especificidade de cada contrato.

3.18. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos ao acionista da Ferconsult é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no exercício em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

3.19. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados salvo se exigidos ou permitidos pelas NCRF.

3.20. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Ferconsult são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.20.1 Provisões

A Ferconsult analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados não conhecidos à data das demonstrações financeiras, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes, por passarem a cumprir os critérios de reconhecimento.

3.20.2 Ativos tangíveis, Propriedades de investimento e Ativos intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão.

3.20.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Ferconsult, tais como i) a disponibilidade futura de financiamento e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Ferconsult.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.20.4 Reconhecimento do Rédito

O reconhecimento de rédito é efetuado, onde aplicável, por referência à percentagem de acabamento dos projetos, recorrendo ao uso de pressupostos e estimativas relativamente à margem do projeto e ao total de custos a incorrer para executar o contrato. Eventuais alterações nestes pressupostos e estimativas poderão influenciar, de forma significativa, os resultados de cada projeto e consequentemente os da Empresa.

3.21. Acontecimentos após a data do balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais, na nota de "Eventos subseqüentes".

4 Fluxos de caixa

4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A Ferconsult não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa relevante com restrições de utilização, para os exercícios apresentados.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e seus equivalentes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe de caixa e depósitos bancários era o seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Numerário		
- Caixa	4.000	4.000
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	238.439	318.401
- Depósitos a prazo	-	12.767
	<u>238.439</u>	<u>331.168</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>242.439</u>	<u>335.168</u>

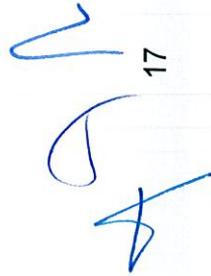
5 Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2014

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
1 de janeiro de 2014						
Custo de aquisição	1.866.432	458.800	219.259	958.869	62.382	3.565.742
Depreciações acumuladas	(1.730.943)	(388.545)	(215.071)	(851.243)	(54.956)	(3.240.758)
Valor líquido	135.490	70.255	4.188	107.626	7.426	324.985
Adições	-	-	-	35.552	84	35.636
Alienações/abates	-	-	(23.931)	(48.462)	-	(72.393)
Depreciação - exercício	(123.496)	(39.407)	(4.188)	(60.209)	(3.971)	(231.269)
Depreciação - alienações/abates	-	-	23.931	48.462	-	72.393
Valor líquido	(123.496)	(39.407)	(4.188)	(24.656)	(3.888)	(195.634)
31 de dezembro de 2014						
Custo de aquisição	1.866.432	458.800	195.327	945.959	62.466	3.528.985
Depreciações acumuladas	(1.854.438)	(427.951)	(195.327)	(862.989)	(58.928)	(3.399.634)
Valor líquido	11.994	30.849	-	82.970	3.538	129.351

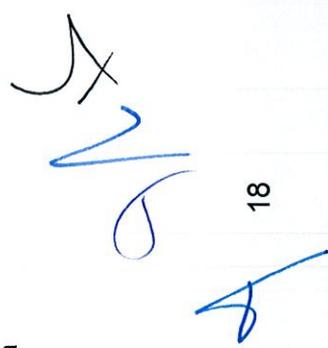
No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a empresa procedeu à alienação de equipamento de transporte, o qual se encontrava totalmente amortizado, tendo gerado uma mais-valia no montante de 1.500 Euros (Nota 24).



Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2013

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
1 de janeiro de 2013						
Custo de aquisição	1.866.432	458.800	258.328	917.644	62.382	3.563.587
Depreciações acumuladas	(1.607.447)	(348.530)	(244.091)	(804.537)	(50.302)	(3.054.907)
Valor líquido	258.985	110.270	14.238	113.107	12.080	508.680
31 de dezembro de 2013						
Adições	-	-	-	41.225	-	41.225
Alienações	-	-	(39.070)	-	-	(39.070)
Depreciação - exercício	(123.496)	(40.015)	(10.050)	(46.806)	(4.654)	(225.021)
Depreciação - alienações	-	-	39.070	-	-	39.070
Valor líquido	(123.496)	(40.015)	(10.050)	(5.581)	(4.654)	(183.796)
31 de dezembro de 2013						
Custo de aquisição	1.866.432	458.800	219.259	958.869	62.382	3.565.742
Depreciações acumuladas	(1.730.943)	(388.545)	(215.071)	(851.243)	(54.956)	(3.240.758)
Valor líquido	135.490	70.255	4.188	107.626	7.426	324.985

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração dos resultados pela sua totalidade.



6 Propriedades de investimento

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os movimentos registados na propriedade de investimento foram como segue:

	2014	2013
A 1 de janeiro 2014		
Valor bruto	4.167.631	4.167.631
Depreciações acumuladas	(1.062.746)	(1.000.232)
Valor líquido	3.104.885	3.167.400
Alienações	(4.167.631)	-
Depreciações	(62.514)	(62.514)
Depreciação - alienações	1.125.260	-
	(3.104.885)	(62.514)
A 31 de dezembro 2014		
Valor bruto	-	4.167.631
Depreciações acumuladas	-	(1.062.746)
Valor líquido	-	3.104.885

As propriedades de investimento respeitam a um imóvel sito na Avenida Barbosa do Bocage, n.º 5 ocupado pelo seu acionista Metropolitano de Lisboa, EPE., ("Metropolitano de Lisboa") mas não se encontra formalmente arrendado, não tendo a Empresa obtido qualquer rendimento ou incorrido em qualquer gasto durante o exercício.

Em 29 de dezembro de 2014, a Ferconsult alienou ao Metropolitano de Lisboa, o referido imóvel pelo valor total de 1.995.000 Euros, conforme contrato promessa de compra e venda, transferindo a sua posse e conferindo poderes ao Metropolitano de Lisboa para uma futura alienação a terceiros. A alienação do imóvel originou uma menos valia contabilística de 1.047.371Euros (nota 25).

7 Ativos intangíveis

O valor dos intangíveis refere-se ao *software* adquirido para suporte das atividades do grupo. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	2014	2013
A 1 de janeiro		
Custo de aquisição	337.007	313.301
Amortizações acumuladas	(309.551)	(305.351)
Valor líquido	27.456	7.950
Adições	74.321	23.706
Transferências e abates	-	-
Depreciação - exercício	(20.667)	(4.200)
Depreciação - alienações - transferencias	-	-
Valor líquido	53.654	19.506
A 31 de dezembro		
Custo de aquisição	411.328	337.007
Amortizações acumuladas	(330.217)	(309.551)
Valor líquido	81.111	27.456

8 Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o investimento em associadas é como segue:

	Ensitrans	
	2014	2013
01 de Janeiro de 2014	407.478	404.158
Ganhos / (Perdas)	35.449	3.320
Distribuição de dividendos	(58.500)	-
31 de Dezembro de 2014	384.427	407.478

A Ferconsult detém 45% do capital do Ensitrans, qualificando como associada de acordo com as políticas contábilísticas descritas na nota 3.5.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a informação financeira do Ensitrans era como segue:

31 de Dezembro de 2014			
Ativo	Passivo	Empréstimos Obtidos (da Ferconsult)	Resultado Líquido
3.937.017	3.858.242	348.505	78.775
31 de Dezembro de 2013			
Ativo	Passivo	Empréstimos Obtidos (da Ferconsult)	Resultado Líquido
5.163.665	5.154.288	402.785	9.378

9 Clientes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a composição da rubrica de Clientes é como segue:

	2014			2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - grupo (nota 33.1)	214.031	-	214.031	813.545	-	813.545
Clientes - outros a)	977.923	799.614	1.777.537	1.276.314	-	1.276.314
Clientes de cobrança duvidosa	17.690	-	17.690	17.690	-	17.690
	1.209.644	799.614	2.009.258	2.107.550	-	2.107.550
Imparidade de dívidas a receber	(50.185)	-	(50.185)	(50.185)	-	(50.185)
Atualização de conta a receber		(162.941)	(162.941)			
Clientes	1.159.459	636.673	1.796.132	2.057.365	-	2.057.365

- (a) O saldo considerado como não corrente diz respeito na sua totalidade a uma conta a receber do cliente Gibb, Lda.. Aquele saldo será recebido de acordo com o plano de pagamentos homologado de acordo com o Processo Especial de Revitalização daquele cliente. Aquele plano de

pagamentos define 84 prestações mensais, com início em Janeiro de 2016. Por se considerar que o valor temporal do dinheiro é significativo e não existir nenhuma remuneração adicional para o recebimento diferido, aquele saldo encontra-se mensurado pelo valor presente da quantia a receber de acordo com o método do juro efetivo.

Imparidade de clientes

No exercício findo em 31 de Dezembro não foram registados quaisquer movimentos na rubrica de imparidade acumulada de clientes.

10 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos referentes às rubricas do Estado são como segue:

	2014		2013	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto s/ rendimento - IRC	42.567	81.716	28.573	8.025
Impostos s/ rendimento - IRS	-	66.257	-	65.340
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	103.883	-	-	607.878
Contribuições p/ segurança social	-	91.110	-	88.744
	146.450	239.083	28.573	769.987

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

Detalhe da rubrica de IRC

	2014	2013
Saldos devedores		
Pagamentos especial por conta	42.562	28.548
Retenções na fonte	5	25
	42.567	28.573
Saldos credores		
Estimativa de IRC (Nota 27)	81.716	(8.025)
Total	124.283	20.549

11 Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a composição da rubrica de Outras contas a receber é como segue:

	2014			2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Devedores por acréscimos de rendimentos i)	5.064.963	-	5.064.963	3.053.089	-	3.053.089
Outros devedores	606.231	-	606.231	414.866	-	414.866
Pessoal	2.897	-	2.897	801	-	801
	5.674.091	-	5.674.091	3.468.756	-	3.468.756
Imparidade de dívidas a receber	(76.181)	-	(76.181)	(76.181)	-	(76.181)
Outras contas a receber	5.597.910	-	5.597.910	3.392.575	-	3.392.575

i) Montante de rédito reconhecido, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.17, que ainda não foi faturado por parte da Ferconsult. Deste montante, em 31 de dezembro de 2014, cerca de 1.061.516 Euros, valor bruto, refere-se a projetos com partes relacionadas (1.425.331 Euros em 2013) (Nota 33.1)

Imparidade de outras contas a receber

Os movimentos ocorridos na rubrica de imparidade de Outras contas a receber para os exercícios apresentados são como segue:

	2013	2012
A 1 de janeiro	76.181	890.720
Reduções	-	(814.539)
A 31 de dezembro	76.181	76.181

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

12 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a Ferconsult tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	2014	2013
Rendas	27.185	59.204
Outros serviços	45.466	59.170
Seguros	5.075	2.908
Gastos a reconhecer	77.726	121.282
Facturação antecipada i)	138.421	99.712
Rendimentos a reconhecer	138.421	99.712

i) Montante faturado antecipadamente face à execução do projeto, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.17.

13 Capital

Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Ferconsult, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 200.000 ações no valor nominal de 5 Euros cada, detidas integralmente pela Metropolitano de Lisboa, EP.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	Número de acções	Capital Social
Metropolitano de Lisboa, EP	200.000	1.000.000
Capital Social	200.000	1.000.000

14 Reservas legais, Prestações acessórias, Outras reservas e Resultados transitados

Estas rubricas registaram os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	<u>Prestações acessórias</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Outras reservas</u>	<u>Resultados transitados</u>	<u>Total</u>
1 de janeiro de 2013	-	200.000	7.731.809	(4.319.074)	3.612.735
Aplicação do resultado do exercício	-	-	-	(1.203.124)	(1.203.124)
Prestações acessórias	960.000	-	-	-	960.000
31 de dezembro de 2013	<u>960.000</u>	<u>200.000</u>	<u>7.731.809</u>	<u>(5.522.197)</u>	<u>3.369.612</u>
1 de janeiro de 2014	960.000	200.000	7.731.809	(5.522.197)	3.369.612
Aplicação do resultado do exercício	-	-	-	121.488	121.488
Prestações acessórias	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2014	<u>960.000</u>	<u>200.000</u>	<u>7.731.809</u>	<u>(5.400.709)</u>	<u>3.491.100</u>

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

As Outras reservas são compostas por resultados não distribuídos, as quais se encontram disponíveis para distribuição aos acionistas.

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa não mantém incrementos patrimoniais positivos decorrentes de justo valor.

Foi deliberado na Assembleia Geral de 22 de Abril de 2014 a aplicação do resultado líquido do exercício de 2013, no montante de 121.488,40 Euros, para a rubrica "Resultados transitados".

15 Provisões

A evolução da rubrica de Provisões para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	Processos judiciais	Impostos	Reestruturação	Contratos onerosos	Outras provisões	Total
A 1 de janeiro de 2013	620.256	217.694	285.140	108.338	27.689	1.259.117
Dotação	57.556	-	-	44.145	-	101.701
Reversão	(209.172)	-	(285.140)	(9.445)	-	(503.757)
Utilização	(232.320)	-	-	-	-	(232.320)
A 31 de dezembro de 2013	236.320	217.694	-	143.038	27.689	624.741
A 1 de janeiro de 2014	236.320	217.694	-	143.038	27.689	624.741
Dotação	54.184	-	-	1.450	-	55.634
Reversão	(54.270)	-	-	(67.120)	-	(121.390)
Utilização	-	-	-	-	-	-
A 31 de dezembro de 2014	236.234	217.694	-	77.368	27.689	558.985

A provisão com processos judiciais está relacionada com diversos litígios com ex-trabalhadores da Empresa e com as responsabilidades que a Ferconsult poderá ser obrigada, judicialmente, a liquidar.

O montante de 54.270 Euros de reversões registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 refere-se a processos judiciais com ex-colaboradores, os quais foram concluídos no exercício, favoravelmente à Empresa.

A provisão para contratos onerosos decorre da expectativa, existente à data, de perdas com a concretização de alguns contratos estabelecidos pela Empresa. A provisão é constituída no momento em que é identificada a perda esperada para cada um dos contratos e é revertida com a concretização da perda, ou sempre que alterações nas estimativas levem à revisão do resultado global previsto para cada contrato.

16 Financiamentos obtidos

O detalhe dos Financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é como segue:

	2014			2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Accionista i)	-	-	-	-	-	-
Descobertos bancários	255.824	-	255.824	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-	-	-
Financiamentos obtidos	255.824	-	255.824	-	-	-

17 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a composição da rubrica de Fornecedores é como segue:

Descrição	2014	2013
Fornecedores - grupo (Nota 33.1)	388.968	223.540
Fornecedores - outros	1.376.446	1.070.901
Fornecedores	1.765.414	1.294.441

18 Adiantamentos de clientes

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe da rubrica é como se segue:

Descrição	2014	2013
Adiantamentos por conta de vendas	506.067	683.819
Adiantamentos de clientes	506.067	683.819

Esta rubrica inclui os adiantamentos efetuados por clientes na fase inicial dos projetos, os quais são regularizados ao longo do exercício através da faturação emitida.

A variação deveu-se ao facto de 2014 com a assinatura do contrato Lote 4, e conforme cláusulas contratuais, procedeu-se à emissão de faturas de adiantamento.

19 Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	2014			2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros credores						
Empresas do grupo (Nota 33.1)	267.075	-	267.075	324.056	-	324.056
Credores diversos	215.089	-	215.089	212.372	-	212.372
Credores por acréscimos de gastos						
Férias e subsídio de férias i)	564.895	-	564.895	560.743	-	560.743
Compensação por caducidade de contratos ii)	66.957	-	66.957	293.235	-	293.235
Trabalhos especializados	867.455	-	867.455	276.486	-	276.486
Outros	73.789	-	73.789	169.471	-	169.471
Outras contas a pagar	2.055.260	-	2.055.260	1.836.363	-	1.836.363

i) Estimativa do valor dos encargos com férias de 2014 que será pago em 2015;

ii) Estimativa referente às indemnizações a pagar por caducidade de contratos de colaboradores em regime de termo, de acordo com a legislação em vigor.

20 Serviços prestados

O montante dos serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Prestação de Serviços - Mercado Interno		
Consultoria técnica	309.478	891.516
Prestação de Serviços - Mercado Externo		
Consultoria técnica	<u>7.622.230</u>	<u>5.715.919</u>
Vendas e prestações de serviços	<u>7.931.708</u>	<u>6.607.434</u>

A variação registada no montante das prestações de serviços em 2014 é essencialmente explicada pelo aumento do volume de trabalhos para os clientes Metro de S. Paulo e Enterprise Metro D'Alger.

21 Subsídios à exploração

No decurso do exercício de 2014, a Empresa não recebeu qualquer subsídio atribuído pelo Estado, relativo a formação.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Subsídio à exploração	-	14.562
Subsídio à exploração	<u>-</u>	<u>14.562</u>

22 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos fornecimentos e serviços externos é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Rendas e alugueres	226.077	242.841
Trabalhos especializados i)	1.164.865	331.848
Honorários ii)	292.066	83.098
Deslocações e estadas	180.872	187.099
Seguros	71.619	71.900
Conservação e reparação	65.535	76.594
Comunicação	46.496	46.855
Outros	376.272	324.731
Fornecimentos e serviços externos	<u>2.423.802</u>	<u>1.364.966</u>

i) O montante evidenciado nesta rubrica diz respeito, essencialmente, a serviços prestados por entidades subcontratadas no âmbito da atividade da Ferconsult.

ii) Refere-se a gastos incorridos com mão-de-obra externa à Ferconsult, especializada em serviços de engenharia e arquitetura.

23 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2014 e 2013, foram como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Remunerações		
Orgãos sociais (Nota 32.2)	58.858	58.236
Pessoal	3.913.536	4.130.144
	<u>3.972.394</u>	<u>4.188.379</u>
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	901.388	945.122
Indemnizações (i)	(172.571)	25.215
Custos de acção social	48.658	54.961
Outros	184.834	31.957
	<u>962.309</u>	<u>1.057.256</u>
Gastos com o pessoal	<u>4.934.703</u>	<u>5.245.635</u>

- O rendimento de 172.571 Euros diz respeito à correção da estimativa para acréscimo de gastos com caducidade de contratos a termo (no montante de 219.073 Euros), líquido dos gastos com indemnizações relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 (no montante de 46.502 Euros);

O número médio de empregados da Ferconsult em 2014 foi de 105 (2013: 110).

24 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos detalha-se como segue:

	2014	2013
Recuperação de encargos i)	40.532	56.861
Ganhos na venda activos tangíveis (Nota 6)	1.500	1.503
Outros	18.845	3.323
Outros rendimentos e ganhos	60.877	61.686

i) Compreende, essencialmente, montantes debitados ao Metropolitano de Lisboa pelas obras efetuadas no edifício sede da Ferconsult e elaboração da contabilidade do Ensitrans (nota 32).

25 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas detalha-se como segue:

	2014	2013
Impostos	24.858	16.093
Quotizações	11.018	6.280
Alienações	1.047.371	-
Retenções de impostos países terceiros	625.700	-
Gastos com atualização de contas a receber	162.941	-
Outros	21.413	42.436
Outros gastos e perdas	1.893.301	64.809

A variação deveu-se a:

- Retenção de taxas na liquidação de faturas do projeto do Metro de S. Paulo;
- Alienação do edifício da Av. Barbosa du Bocage que originou uma menos valia contabilística de 1.047.371 Euros;
- Gastos com a atualização de contas a receber no processo de contencioso com a Gibb (Nota 9).

26 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros nos exercícios de 2014 e 2013 é como segue:

	2014	2013
Gastos financeiros		
Juros de financiamentos suportados	30	16
	30	16

27 Imposto sobre o rendimento

A Ferconsult é tributada em sede de IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 23%, acrescida de Derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo desta forma uma taxa agregada de cerca de 24,5%.

Em resultado das alterações introduzidas pela Lei nº 2/2014 de 16 de Janeiro, que alterou: (i) o artigo 87.º do Código do IRC, fixando a partir de 2014 inclusive, em 23% a taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, e; (ii) o artigo 87.º-A do Código do IRC, que determina uma tributação adicional, em sede de imposto sobre o rendimento sobre as pessoas coletivas de: 3% para entidades com um lucro tributável entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros; 5% para entidades com um lucro tributável entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros e 7% para entidades com um lucro tributável superior a 35.000.000 Euros.

Estas diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais (cujo prazo é de seis anos), tenham sido obtidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, sobre estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da Ferconsult dos anos de 2011 a 2014, inclusive, poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. A Empresa entende que eventuais revisões e correções dessas declarações fiscais, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência para os exercícios até 2009, e de quatro anos para os exercícios a partir de 2010, e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de Imposto sobre o rendimento apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Demonstração de Resultados		
Imposto s/o rendimento corrente (Nota 10)	<u>81.716</u>	<u>8.025</u>
Imposto sobre o rendimento	<u>81.716</u>	<u>8.025</u>

X
2
J
J

Reconciliação da taxa de imposto

A reconciliação da taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é evidenciada como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado antes de Imposto	(1.472.496)	129.513
Taxa de Imposto	26,5%	26,5%
	-	-
Tributação autónoma	81.716	8.025
	81.716	8.025
Imposto s/ rendimento corrente	81.716	8.025
Imposto s/ rendimento	81.716	8.025
Taxa efectiva de imposto	5,5%	6,2%

Os prejuízos fiscais reportáveis gerados nos exercícios de 31 de Dezembro de 2012, 2011, ascendem a, aproximadamente, 2.290.098 Euros, sendo a data limite de utilização desses prejuízos fiscais 2016 e 2015.

A Empresa não registou nas suas demonstrações financeiras os ativos por impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre o reconhecimento de ativos e passivos numa base contabilística e fiscal, dado que a principal situação geradora de impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2014 e exercícios anteriores corresponde a prejuízos fiscais reportáveis, que, segundo a melhor estimativa da Empresa e atendendo às informações disponíveis, não serão recuperáveis.

28 Dividendos

A Ferconsult não procedeu ao pagamento de dividendos durante os exercícios de 2014 e 2013.

29 Compromissos

Os compromissos assumidos pela Empresa e em aberto em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são nulos:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Até 1 anos	-	-
	-	-

30 Contingências

A Ferconsult tem os seguintes passivos contingentes decorrentes de garantias bancárias prestadas conforme segue:

Objecto	2014	2013
Execução de obras	3.299.522	1.412.398
Propostas de prestação de serviços	12.212	10.712
Processos fiscais em curso	272.118	272.118
Fazenda pública	1.632	1.632
Outras garantias	3.990	3.990
	3.589.474	1.700.850

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2014 a Ferconsult não apresentava qualquer passivo contingente

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2014 a Ferconsult não apresentava qualquer ativo contingente.

31 Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do n.º 1 do art.º 21º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Ferconsult confirma não ser devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social; mais informa não ser devedora de qualquer dívida perante a Fazenda Nacional.

Os honorários totais acordados relativos aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 com o Revisor Oficial de Contas ascenderam a 9.900 Euros, sendo referentes à revisão legal das contas anuais.

32 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Ferconsult é controlada pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.

32.1 Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Por via de Acionistas:

- Metropolitano de Lisboa, E.P.

Associada:

- Engenharia e Sistemas de Transportes, Ensitrans, AEIE

(a) Transações

Durante os exercícios de 2014 e 2013, a Ferconsult efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

	Serviços prestados		Fornecimentos e serviços externos		Outros rendimentos e ganhos (Nota 25)	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Accionista						
Metropolitano de Lisboa, E.P.E	346.444	431.857	130.615	173.931	20.545	37.897
Associada						
Ensitrans	2.189.608	3.569.629	-	-	18.783	18.783
	2.536.052	4.001.485	130.615	173.931	39.328	56.680

O montante de 2.189.608 Euros de serviços prestados ao Ensitrans prende-se essencialmente com projetos na Argélia, ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

(b) Saldos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os saldos com partes relacionadas, líquidos de perdas de imparidade, são como segue:

	Clientes (Nota 10)		Outras contas a receber (Nota 11)		Fornecedores (Nota 18)		Outras contas a receber - Devedores por acréscimo de rendimentos (Nota 12)	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Accionista								
Metropolitano de Lisboa, E.P.	43.037	195.111	385.636	-	(388.968)	(223.540)	177.186	169.683
Associada								
Ensitrans	170.994	618.434	-	-	-	-	884.330	1.255.648
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
	214.031	813.545	385.636	-	(388.968)	(223.540)	1.061.516	1.425.331

	Diferimentos - Rendimentos a reconhecer		Accionistas (Nota 17)		Outras contas a pagar (Nota 20)	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Accionista						
Metropolitano de Lisboa, E.P.	12.906	84.728	-	-	-	-
Associada						
Ensitrans	-	-	-	-	267.075	324.056
Imparidade	-	-	-	-	-	-
	12.906	84.728	-	-	267.075	324.056

32.2. Remunerações da Administração

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Remunerações	56.181	55.287
Outros	2.677	2.949
Total (Nota 24)	<u>58.858</u>	<u>58.236</u>

33 Eventos subsequentes

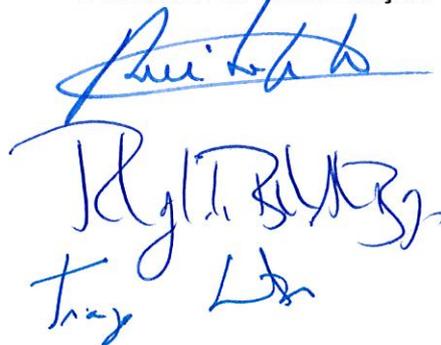
Não ocorreram eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

3252

O Técnico de Contas:



O Conselho de Administração:





2
4
0

Certificação Legal das Contas
e
Relatório e Parecer do Fiscal Único

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, que evidencia um ativo total de 8.455.943 Euros e um total de capital próprio de 2.936.888 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.554.212 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Empresa, os resultados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame, daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 4 a 7, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

4. Em 31 de Dezembro de 2014 o ativo não corrente inclui uma participação financeira na Engenharia e Sistemas de Transportes, Ensitrans, AEIE, (“Ensitrans”) registada pelo método de equivalência patrimonial, pelo montante de 384.426 Euros. O relatório do auditor externo desta entidade, datado de 27 de Fevereiro de 2015, contém uma reserva por limitação de âmbito relacionada com a não obtenção da confirmação externa por parte de uma instituição financeira (Banque Nationale d’Algérie), cujo saldo registado no ativo corrente daquela entidade ascende a aproximadamente 313.000 Euros. Adicionalmente, até à data do nosso relatório não obtivemos a resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos e outras informações, de duas instituições financeiras Argelinas, cujos registos contabilísticos da Empresa em 31 de dezembro de 2014, evidenciam um saldo devedor total de cerca de 225.000 Euros. Ambas as situações descritas ocorreram de igual forma em períodos anteriores. Consequentemente, não nos é possível concluir sobre o eventual efeito destas situações nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2014.



5. Em 31 de Dezembro de 2014, o balanço inclui uma conta a receber de um cliente, originada em exercícios anteriores e escriturada pelo custo amortizado de, aproximadamente, 637.000 Euros (com um valor nominal de, aproximadamente, 800.000 Euros) e um saldo a pagar àquela entidade de aproximadamente 131.000 Euros. Em 20 de Novembro de 2014 foi homologado um Processo Especial de Revitalização (PER) daquela entidade, que define o pagamento dos passivos daquela entidade, em 84 prestações mensais, com início em Janeiro de 2016, sem vencimento de quaisquer juros. Até à data do presente relatório, não obtivemos as demonstrações financeiras auditadas daquela entidade do exercício de 2014, nem outra informação que nos permita avaliar a sua capacidade de fazer face aos seus compromissos. Consequentemente, não nos é possível concluir sobre o momento e valor de realização daquela conta a receber.
6. Em 31 de Dezembro de 2014 o balanço inclui acréscimos de rendimentos, rendimentos a reconhecer, acréscimos de gastos e provisões para projetos de 5.064.963 Euros, 138.421 Euros, 867.455 Euros e 77.368 Euros respectivamente e a demonstração de resultados inclui Prestações de Serviços de 7.931.708 Euros, relacionados com o reconhecimento do rédito de projetos de natureza plurianual, de acordo com o método da percentagem de acabamento. A nossa revisão das estimativas de gastos e rendimentos revelou para algumas das principais obras, uma volatilidade significativa entre exercícios, daquelas estimativas, não existindo informação disponível suficiente e detalhada da análise de desvios, nomeadamente sobre a natureza e causas daquela volatilidade, que nos permita aferir a razoabilidade das estimativas utilizadas em 31 de Dezembro de 2014. Consequentemente, não nos é possível concluir sobre o eventual efeito destas situações nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2014.
7. Em 31 de Dezembro de 2014 o balanço inclui uma participação financeira de 0,0010% num Agrupamento Complementar de Empresas (“ACE”), registada pelo custo amortizado, no montante de 282 Euros. As demonstrações financeiras não auditadas, daquele ACE, evidenciam naquela data, capitais próprios negativos de aproximadamente 138.868.000 Euros e os seus estatutos possibilitam a exoneração dos seus membros, após cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias, sem haver lugar a qualquer pagamento ou reembolso, podendo haver uma recomposição das percentagens e responsabilidades atribuídas a cada membro. Até à data deste relatório não é ainda conhecido o plano de intenções dos membros do ACE e respectivos impactos nas percentagens de participação de cada membro. Consequentemente, não nos é possível concluir sobre o eventual efeito desta situação, nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2014.

Opinião

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 4 a 7, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A. em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

9. As demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2014, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, embora estas evidenciem perdas acumuladas de aproximadamente 6.955.000 Euros (sem considerar os efeitos relacionados com os assuntos descritos nos parágrafos 4 a 7), consequência de resultados operacionais negativos apresentados nos últimos exercícios. Nestas circunstâncias, a continuidade das operações da Empresa, a realização dos seus ativos e a liquidação e classificação dos seus passivos, no curso normal das suas operações, dependem do sucesso das suas operações futuras e da continuação do apoio financeiro do seu acionista.
10. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013, apresentadas para efeitos comparativos, foram examinadas por outra sociedade de revisores oficiais de contas, cuja certificação legal das contas datada de 21 de Abril de 2014, inclui quatro reservas relacionadas com os assuntos descritos nos parágrafos 4 a 6, duas reservas que deixaram de ser aplicáveis, bem como uma ênfase relativa ao assunto descrito no parágrafo 9. A nossa revisão sobre as mesmas, teve como único objectivo, emitirmos um parecer sobre as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014, pelo que não emitimos qualquer parecer sobre aquelas demonstrações financeiras.



Relato sobre outros requisitos legais

11. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as Demonstrações Financeiras do exercício.

Lisboa, 30 de Março de 2015


BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André